



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE TURISMO
CURSO DE TURISMO

AMANDA MIRELY CIPRIANO SOARES

**GESTÃO AMBIENTAL NO TURISMO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS
AMBIENTAIS NOS ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS DE BAÍA
FORMOSA/RN**



MONOGRAFIA

NATAL
2013

AMANDA MIRELY CIPRIANO SOARES

**GESTÃO AMBIENTAL NO TURISMO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS
AMBIENTAIS NOS ATRATIVOS TURÍSTICOS DE BAÍA FORMOSA/RN**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),
como requisito para obtenção do título de Bacharel em
Turismo.

Orientador: Carlos Alberto F. Medeiros. Dr.

NATAL
2013

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Soares, Amanda Mirely Cipriano.

Gestão ambiental no turismo: uma análise dos impactos ambientais nos atrativos turísticos naturais de Baía Formosa/RN/ Amanda Mirely Cipriano Soares - Natal, RN, 2013.

79f.

Orientador: Profº Dr. Carlos Alberto Freire Medeiros.

Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Turismo.

1. Ecoturismo - Monografia. 2. Gestão ambiental - Monografia. 3. Atrativos turísticos - Naturais - Monografia. I. Medeiros, Carlos Alberto Freire. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48-6:502/504

AMANDA MIRELY CIPRIANO SOARES

**GESTÃO AMBIENTAL NO TURISMO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS
AMBIENTAIS NOS ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS DE BAÍA
FORMOSA/RN.**

Monografia apresentada à Coordenação de Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Natal, 20 de Novembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:

Profº Carlos Alberto Freire Medeiros, Dr.
Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profª Lissa Valéria Fernandes Ferreira, Dra.
Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profª Renata Paula Costa Trigueiro, M.se.
Examinadora
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza, por ter me proporcionado sabedoria e forças para realizar este trabalho, e ao mesmo tempo por mostrar que posso ir muito além do que posso imaginar. Ao meu Senhor simplesmente dedico toda minha gratidão.

Aos meus pais, Clériston e Ana Maria, razões do meu viver. Agradeço pelo grande incentivo e por terem me guiado ao bom caminho, mostrando-me sempre que somos fruto de nossas escolhas.

A meu avô, José Cipriano, pelos bons ensinamentos, pelo grande incentivo e por ter acreditado em minha capacidade.

A meu noivo, Tomé, pela grande compreensão nesse momento tão delicado onde precisei abdicar muitas coisas, pela força nos momentos em que o desânimo oprimiu e pelo grande companheirismo, pois além de meu noivo revelou-se um grande amigo.

A meu orientador, Carlos Alberto, pela grande ajuda, paciência e pelas riquíssimas orientações, conhecimentos estes que ficarão para sempre em minha memória.

Ao professor de monografia I, Mauro Lemel, e sua bolsista, Katiane Dantas, que foram fundamentais na escolha de meu tema, agradeço o grande aprendizado, pois entre erros e acertos prevaleceu o melhor que foi o conhecimento.

Aos amigos de curso, Lidenilza, Elizabete e Fernanda Gabriela, pela troca de experiência e pelos conhecimentos adquiridos durante a graduação.

Aos mestres, pelo conhecimento proporcionado durante toda essa trajetória do curso, o que me fez uma profissional apta para ingressar no mercado de trabalho. Agradeço as dedicações, os apoios e as competências.

Enfim, a todos que colaboraram direta e indiretamente com esse trabalho, com destaque para aqueles que colaboram com a pesquisa: Bugueiros, turistas, funcionários públicos, Secretária de Meio Ambiente de Baía Formosa/RN (Maria Bernadete), e entre outros. A todos, meu muito obrigada!

“E seja bendito o nome do Senhor para todo sempre, porque dele é a *sabedoria* e a *força*”.

Daniel 2:20.

SOARES, Amanda Mirely C. **GESTÃO AMBIENTAL NO TURISMO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NOS ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS DE BAÍA FORMOSA/RN**. 2013. 79 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

RESUMO

A Gestão ambiental voltada para os atrativos turísticos naturais vem se tornando uma estratégia muito promissora para o mercado turístico, pois além de presar pela conservação dos recursos naturais, proporciona mais competitividade e maiores retornos econômicos aos destinos turísticos. Diante dessa perspectiva, o objetivo dessa pesquisa é analisar os impactos ambientais nos atrativos turísticos naturais do município de Baía Formosa/RN. Em relação à metodologia, a pesquisa apresenta uma abordagem qualiquantitativa, onde seu objetivo é de caráter descritivo-exploratório, pois buscou explorar, descrever e quantificar informações relacionadas à gestão ambiental de atrativos turísticos naturais do município estudado, bem como analisou-se os impactos ambientais existentes nesses ambientes, a partir da colaboração do gestor ambiental, residentes e alguns turistas. Na análise dos resultados, verificou-se que as políticas ambientais do município voltadas para os atrativos turísticos naturais são recentes, a mais antiga possui apenas três anos de existência. Constatou-se também que existem doze atrativos naturais de uso turístico na localidade, e o atrativo que apresenta melhor estado de conservação é a Mata Estrela, já o menos conservado é a praia do Porto. Para manter os atrativos naturais mais preservados e conservados é necessário mais educação ambiental, alocar placas informativas, fiscalizar os atrativos, efetivar leis ambientais, alocar lixeiras, sanear e estabelecer outras ações.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão ambiental; Atrativos turísticos naturais; Ecoturismo.

ABSTRACT

The Environmental Management focused on the natural tourist attractions is becoming a very promising strategy for the tourist market, because besides value the conservation of natural resources, provides more competitiveness and greater economic returns to tourist destinations. Before this perspective, the objective of this research is to analyze the environmental impacts of natural tourist attractions in the city of Baía Formosa / RN. Regarding methodology, the research presents a qualitative and quantitative approach, where your objective is a descriptive and exploratory, as sought to explore, describe and quantify information related to environmental management of natural tourist attractions of the city studied and analyzed the environmental impacts existing in these environments, from the collaboration of the environmental manager, residents and some tourists. In analyzing the results, it was verified that the environmental politics of the city turned to the natural tourist attractions are recent, the oldest has only three years of existence. It was also verified that there are twelve natural attractions for tourist use in locality, and the attractive best exhibit condition is the Forest Star, but less preserved is the beach of Porto. To maintain the natural attractions more preserved is necessary environmental education, place informational signs, inspect the attractive, create environmental laws, install dumps in some points, sanitize and establish other actions.

KEYWORDS: Environmental management; Natural tourist attractions; Ecotourism.

LISTA DE SIGLAS

AIA – Avaliação de Impacto Ambiental

APA -- Área de Proteção Ambiental

APP – Área de Proteção Permanente

EIA – Estudos de Impactos Ambientais

EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MICT – Ministério da Indústria, Comércio e Turismo

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTUR - Ministério do Turismo

OMT - Organização Mundial de Turismo

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Visão geral dos atrativos.....	26
FIGURA 2 – Praia do Porto.....	38
FIGURA 3 – Praia da Cacimba.....	38
FIGURA 4 – Praia do Bacupari.....	39
FIGURA 5 – Praia das Perobas.....	39
FIGURA 6 – Praia das Barreirinhas.....	39
FIGURA 7 – Praia do Sagi.....	40
FIGURA 8 – Morro do Careca.....	40
FIGURA 9 – Rio do Sagi.....	41
FIGURA 10 – Rio Guaju.....	41
FIGURA 11 – Lagoa Araraquara.....	42
FIGURA 12 – Mata Estrela.....	42
FIGURA 13 – Sagui encontrado na Mata Estrela.....	43
FIGURA 14 – Manguezal.....	43

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Históricos das preocupações socioambientais.....	20
QUADRO 2 - Tipos de planejamento.....	22
QUADRO 3 - Atrativos Naturais	24
QUADRO 4 - Atrativos Culturais.....	25
QUADRO 5 - Classificação dos atrativos turísticos.....	27
QUADRO 6 - Perfil de ecoturista e turista de natureza.....	31
QUADRO 7 - Atrativos naturais de uso turístico do município.....	37
QUADRO 8 - Políticas ambientais do município.....	45
QUADRO 9 – Matriz DAFO.....	56

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Estado de conservação da praia do Porto.....	47
GRÁFICO 2 – Estado de conservação da praia da Cacimba.....	48
GRÁFICO 3 – Estado de conservação da praia do Bacupari.....	48
GRÁFICO 4 – Estado de conservação da praia das Perobas.....	49
GRÁFICO 5 – Estado de conservação da praia das Barreirinhas.....	50
GRÁFICO 6 – Estado de conservação da praia do Sagi.....	50
GRÁFICO 7 – Estado de conservação do Morro do Careca.....	51
GRÁFICO 8 – Estado de conservação do Rio do Sagi.....	51
GRÁFICO 9 – Estado de conservação do Rio Guaju.....	52
GRÁFICO 10 – Estado de conservação do Manguezal.....	53
GRÁFICO 11 – Estado de conservação da Mata Estrela.....	53
GRÁFICO 12 – Estado de conservação da Lagoa Araraquara.....	54
GRÁFICO 13 – Médias gerais do estado de conservação dos atrativos.....	55

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Problematização	12
1.2 Justificativa	15
1.3 Objetivos	17
1.3.1 Objetivo Geral	17
1.3.2 Objetivos Específicos.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Gestão Ambiental	18
2.3. Atrativos Turísticos.....	23
2.3. Ecoturismo	28
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	33
3.1 Método de pesquisa	33
3.2 População e Amostra	34
3.3 Coletas de dados	35
3.4 Técnica de Análise.....	35
4 RESULTADOS.....	37
4.1 Apresentação dos atrativos naturais de uso turístico.....	37
4.1.1 Praias e Dunas.....	37
4.1.2 Rios e Lagoas	40
4.1.3 Mata e Manguezal	42
4.2 Políticas ambientais do município	44
4.3 Estado de conservação dos atrativos naturais de uso turístico	46
4.4 Matriz DAFO.....	55
4.4.1 Fortalezas.....	56
4.4.2 Debilidades.....	57
4.4.3 Oportunidades.....	58
4.4.4 Ameaças.....	58
4.5 Sugestões para estimular a preservação e conservação dos atrativos naturais	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	612
REFERÊNCIAS	64
ANEXO A.....	68
ANEXO B.....	69
ANEXO C.....	71

ANEXO D.....72

APÊNDICE A.....73

APÊNDICE B 77

APÊNDICE C 79

1. INTRODUÇÃO

1.1 Problematização

O turismo vem se situando como uma das principais atividades econômicas do mundo, sendo considerado atualmente como o setor que mais cresce no mundo, chegando a movimentar uma receita cambial de US\$ 919 bilhões no ano de 2010, isto superando setores tradicionais tais como: a indústria automobilística, petrolífera e eletrônica - OMT (2010). Diante desse constante quadro evolutivo do setor não se pode relevar apenas o aspecto econômico da atividade, mas considerar que uma gestão eficaz com foco no planejamento da atividade é a forma mais viável de gerar benefícios às localidades e minimizar os impactos negativos, principalmente ao meio ambiente, já que o turismo é uma atividade econômica voltada para o consumo do espaço.

Atualmente, a natureza tem sido um grande motivo impulsionador das viagens, a busca pelo verde torna-se cada vez maior, alguns dos motivos que poderiam explicar essa busca demasiada pela natureza seriam: maior poder aquisitivo, maior tempo livre por parte das pessoas, a violência urbana, a consciência ambiental, a facilidade ao acesso de informações e a facilidade de locomoção. Porém, na medida em que cresce o fluxo de pessoas nos ambientes exóticos ou naturais, os efeitos drásticos têm se ampliado nesses espaços extremamente sensíveis, pois em muito desses lugares não há planejamento que possa evitar os impactos negativos da atividade.

Sendo assim, a questão ambiental é uma preocupação da atualidade, principalmente dos agentes envolvidos na atividade turística, até mesmo dos empresários turísticos que procuram cada vez adaptar seus empreendimentos às condições ambientais, pois os recursos naturais ao mesmo tempo em que servem de atrativos turísticos podem servir como um motivo de retração da atividade. Em virtude disso, a produção de artigos, monografias, dissertações e teses voltadas para a Gestão ambiental de atrativos turísticos naturais tem sido cada vez maior, porém as discussões não são mais centradas no ato de implementar uma gestão voltada para o meio ambiente, mas nos processos que tornem a gestão mais eficaz, que possam diminuir os efeitos negativos no meio ambiente e assim trazer maiores retornos econômicos a atividade.

Desse modo, utilizou-se como fonte para este estudo autores como: ACERENZA (2003); ALMEIDA (2001); AZEVEDO (2009); BARBOSA (2008); BENI (2001); BEKE,

CORDEIRO, THEODORO (2004); BRITO (2004); CAETANO (2006); CARVALHO (2009); CHRISTIE (1995); COOPER (2001); CORRÊA; DIAS, AGUIAR (2008); DINIZ, TINOCO, SANTOS (2004); DONAIRE (2008); FILHO (2000); FLORIANO (2007); FRANKIE (2005); GIL (2009); IGNARRA (2003); KRUGER (2008); LEMOS (2007); LIMA (2004); MAIA (2005); NOVAES (2007); OLIVEIRA (2007); PIRES (2002); PONTALTI (2008); TELLO, REIS (2010); REIS (2008); ROSE (2002); RUSCHMANN (2006); SANTOS (2007); SEABRA (2001); SOUZA (2002); VIGNATI (2008), ambos com formação em diferentes áreas, assemelhando-se apenas ao fato de considerar em que uma gestão eficaz voltada para o meio ambiente é a forma mais viável de gerar benefícios às localidades e tornar os recursos naturais mais competitivos.

O número de usuários da atividade turística é crescente, sendo assim OMT (2003) já afirmava que em 2020 o movimento internacional de viagens passaria a ser de mais de um bilhão de pessoas, o que de fato já vem sendo constatado. Logo, estimou também que em 2030 1,8 bilhões de pessoas viajarão, o que resultará em uma média de 43 milhões de pessoas viajando a mais a cada ano.

Os motivos das viagens são vários: lazer, negócio, saúde, educação, religião, visitas a parentes e amigos, entre outros. No entanto, a procura por destinos que apresentem um ambiente natural e exótico que possibilitem uma vida diferente dos grandes conglomerados, vem se tornando um dos principais motivos impulsionadores dessas viagens, principalmente, o segmento do ecoturismo, que abrange atualmente uma média de 50 milhões de usuários no mundo e meio milhão no Brasil, (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2012).

No entanto, os lugares exuberantes providos de recursos naturais (praias, montanhas, cavernas, grutas, vulcões, reservas florestais, pássaros, peixes exóticos, pesca, parque nacionais, fontes térmicas, cachoeiras, lagos, rios, ilhas, dunas, paisagens) na medida em que atraem visitantes de toda parte do mundo, sofrem as consequências do uso mal regulamentado da atividade.

Assim, acredita-se que a Gestão Ambiental voltada para os atrativos turísticos naturais é o meio mais viável de minimizar os impactos negativos que a atividade suscita sobre o meio ambiente, bem como tornar os recursos naturais mais competitivos e possibilitar maiores retornos econômicos às localidades. Desse modo, os gestores ambientais devem planejar e arquitetar estratégias que visem à proteção e conservação dos recursos naturais,

antes, durante e após o crescimento da atividade. Logo, o uso de algumas práticas e técnicas também é essencial, tais como: reciclagem de lixo, reutilização da água da chuva, ventilação natural, energia solar e dentre outras.

O Estado nas instâncias: Municipal, Estadual e Federal, pode ser considerado o principal agente do planejamento turístico, já que o mesmo pode ampliar forças na sociedade numa perspectiva de promover a educação ambiental e desenvolver a atividade de forma promissora.

Dessa forma, o planejamento do meio ambiente requer o envolvimento do Estado, como também a participação da comunidade e o enlace com as iniciativas privadas. Além disso, faz-se necessário definir estratégias que visem à proteção dos aspectos morais e culturais da comunidade receptora e a proteção e conservação do meio ambiente. É também de grande importância que o crescimento do turismo nos municípios ocorra de forma planejada, já que são neles que estão concentrados os principais atrativos turísticos naturais e consequentemente para onde os turistas se direcionam.

Desse modo, o objeto de análise desse trabalho é o município de Baía Formosa, situado no Rio Grande do Norte, e que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), está localizado ao Litoral Sul do estado, a 94 km da capital potiguar, abrangendo uma área de 246 km² e uma população de 8.573 habitantes.

O município é caracterizado por vários atrativos naturais, abrangendo uma extensa faixa de praia, campos de dunas, lagoas, manguezais e Mata Atlântica, o que de fato contribui para existência do turismo nesta localidade. Dentro dos limites do Município encontram-se 23 km de praias arenosas, de águas limpas e mornas, dentre as quais estão: Praia do Porto, Praia da Cacimba, Praia do Bacupari, Praia das Barreirinhas, Praia das Perobas e Praia do Sagi, (DINIZ; TINOCO; SANTOS, 2004).

Segundo o mesmo autor, no Sudoeste do município encontra-se a Mata Estrela, considerada a mais importante floresta remanescente de Mata Atlântica do estado, sendo a maior do país localizada sobre dunas. Abrange uma área de 2.365 hectares, na qual compreende um total de 19 lagoas, onde a mais destacável e famosa por suas águas escuras é a lagoa Araraquara, também conhecida por lagoa da Coca Cola. Sendo assim, em 1990, a Mata Estrela foi tombada pelo estado do Rio Grande do Norte e no ano de 2000 passou a constituir como uma RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O turismo constitui a economia desse município, bem como a atividade agroindustrial e a pesca. Apesar de sua relevância como importante atividade econômica da localidade, há grandes dificuldades de encontrar dados que revelem o perfil de turistas que chegam a esse destino, como também dados estatísticos que comprovem a demanda turística nesse território.

Segundo as informações cedidas pela Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Baía Formosa (2012), os turistas que chegam ao município, em sua grande maioria, vão em busca de sossego e tranquilidade, procuram o contato com a natureza e apreciar as belas paisagens que o destino oferece.

Nesse sentido, observa-se que o município apresenta características que propiciam o desenvolvimento do turismo na localidade, porém vê-se também uma maior necessidade que é a de gerenciar a atividade, para que o desenvolvimento do turismo nesse destino garanta o bom uso dos seus recursos naturais e possibilite maiores retornos econômicos à localidade.

Desse modo, o envolvimento do governo local, juntamente com a participação da comunidade e o setor privado são essenciais no processo de elaboração do planejamento dos atrativos turísticos naturais desse município. O governo local deve constituir-se como regulador do território, sendo a sua função elaborar estratégias que visem à proteção do espaço, bem como a proteção dos recursos naturais existentes e o desenvolvimento harmônico da atividade.

Com base no contexto apresentado, a presente pesquisa se propõe a investigar o seguinte problema: **Quais os impactos que vêm sendo percebidos pelos gestores ambientais e pela população sobre os atrativos turísticos naturais do município de Baía Formosa/RN?**

1.2 Justificativa

A escolha do tema deu-se em função desse novo contexto da atividade, em que a natureza é vista como um dos principais atrativos turísticos do mundo, sendo assim a perspectiva do segmento de turismo ecoturismo é de crescimento contínuo. No entanto, para que se evite os efeitos drásticos sobre a natureza e a mesma proporcione inúmeros benefícios às localidades e maiores retornos econômicos, deve-se implementar uma gestão ambiental eficaz capaz de planejar, organizar e coordenar os efeitos que atividade turística gera sobre o meio ambiente.

A gestão ambiental deve arquitetar estratégias que possibilitem minimizar os impactos negativos que a atividade turística gera sobre a natureza, como construções em áreas indevidas, desmatamentos, poluição das águas, entre outros. Como também estimular proteção e conservação do meio ambiente através do uso de algumas práticas e técnicas, tais como reciclagem de lixo, reutilização da água da chuva, energia solar e dentre outras.

Além dessa recíproca necessidade de gerenciar os recursos naturais em todos os destinos turísticos do mundo, outro motivo que levou a realização desse trabalho, foi a carência de estudos que visam a gestão ambiental dos atrativos turísticos naturais nos municípios pertencentes ao litoral Sul potiguar, principalmente os municípios providos de recursos naturais e que possuem grandes potenciais para desenvolver o turismo de maneira promissora, tal como o município de Baía Formosa.

A essência desse trabalho motivou-se no município de Baía Formosa/RN devido ao grande potencial que o destino apresenta para desenvolver o turismo ligado à natureza. O mesmo é provido de recursos naturais, tais como: Praias, Dunas, Falésias, Manguezais e ainda compreende a maior reserva de Mata atlântica do estado – Mata Estrela - que abrange uma grande biodiversidade, desde animais silvestres a uma diversidade de plantas, compreendendo também grandes mananciais de águas que formam exuberantes riachos e lagoas, LIMA (2004).

Desse modo, a gestão ambiental dos atrativos turísticos naturais desse município não pode se dar de qualquer forma ou sem planejamento, caso contrário o destino pode ser portador de grandes impactos negativos, atribuindo danos irreparáveis a população receptora e ao meio ambiente.

Outro motivo que contribuiu para realização desse estudo em Baía Formosa foi o fato da afinidade com comunidade, residido a mais de 21 anos, assim como o estágio acadêmico realizado nessa localidade que elevou o interesse de contribuí com a melhoria do meio ambiente e do turismo no município.

Estudos voltados para a gestão dos recursos naturais desse município são de grande relevância, já que podem difundir o assunto e despertar o interesse dos agentes envolvidos no turismo da localidade, com ênfase para o governo local, considerado o principal agente capaz de desenvolver a atividade de forma harmônica.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar os impactos ambientais nos atrativos turísticos naturais no município de Baía Formosa/RN.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Apresentar os atrativos naturais de uso turístico;
- b) Identificar as políticas ambientais existentes que influenciam na gestão dos atrativos naturais de uso turístico;
- c) Verificar os estado de conservação dos atrativos naturais de uso turístico;
- d) Realizar uma avaliação estratégica das ações da gestão ambiental voltadas para os atrativos naturais de uso turístico;
- e) Propor sugestões para estimular a preservação e conservação dos atrativos naturais do município.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo está dividido em três partes: a primeira trata da Gestão ambiental, relatando as primeiras preocupações socioambientais, os instrumentos da gestão ambiental e sua importância para o mercado turístico; a segunda aborda os Atrativos turísticos, apresentando os conceitos de atrativos turísticos e suas classificações; e a terceira trata do Ecoturismo, contendo a segmentação do turismo ligado à natureza, o surgimento do ecoturismo, algumas definições e as diferenças entre ecoturista e turistas de natureza.

2.1 Gestão Ambiental

A relação do homem com a natureza sempre esteve presente no quadro evolutivo da espécie humana, o que vem diferenciando é apenas o modo como ele começa a interferir na mesma e adaptá-la as suas necessidades. Assim, sua primeira intervenção mais agravante no meio natural deu-se a partir do momento em que as necessidades o obrigava a procurar e multiplicar a quantidade de alimentos, o que resultou em uma exploração mais intensa sobre o meio natural. No entanto, não havia nenhuma preocupação quanto ao uso equilibrado dos recursos naturais, pois tinha-se em mente a natureza como uma fonte inesgotável (FILHO, 2000).

Esta visão sobre a natureza se assegurou por longas datas, tornando-se a base do pensamento da economia neoclássica do século XX. Foi contrariada apenas quando surgiram os primeiros problemas ambientais oriundos do grande crescimento industrial. Um dos primeiros problemas ambientais, com grandes repercussões sociais, ocorreu em cidades da Europa, quando o uso intenso das máquinas a vapor, no período da industrialização, causou grandes transtornos à saúde pública (CHISTIE, 1995).

Em meados dos anos 80, algumas catástrofes ambientais como a de Chernobyl e o acidente com o Césio -137, incidente ocorrido no ferro velho de Goiânia em que o lixo radioativo casou contaminação à população, tiveram grandes repercussões e despertaram maior sensibilização quanto às questões ambientais (CORREIA, 2009).

A ocorrência desses impactos no meio socioambiental começa a ecoar de forma negativa e levar a maior grau de conscientização por parte do homem, sendo que o berço do ideário ambiental foi designado aos países desenvolvidos devido às repercussões dos primeiros episódios de catástrofes ambientais oriundos do processo da industrialização.

O norte europeu e o nordeste americano, devido às suas grandes aglomerações industriais, começaram a causar problemas além de suas fronteiras. O excesso de

lançamento de dióxido de enxofre (SO), proveniente da queima de carvão e óleo nas indústrias, não era “absorvido” pelo ambiente, retornando a “sociedade” por meio de chuvas ácidas, o que acidificava lagos e matava florestas. Como em alguns casos tais florestas eram parte importante do sistema econômico do país, tal como o caso da Suécia e sua indústria de papel celulose, houve um despertar mundial para o assunto. (FILHO, 2000, P.8).

Assim, segundo NOVAES (2007), a conscientização ambiental que se limitava a um pequeno grupo de cientistas, ativistas ambientais e funcionários de organizações ambientais, passou a ter mais representatividade dentro da sociedade global, dando origem a um novo segmento de mercado, comportando consumidores mais éticos quanto ao consumo e atentos a produtos naturais.

Nos Estados Unidos, os consumidores verdes representam 37% da população, enquanto em países europeus, como Suíça, Alemanha e Inglaterra, já são 50%. Na Inglaterra, dois em cada cinco cidadãos vão ao supermercado com uma lista de produtos verdes à mão. O *marketing* ecológico passou a ser o código-chave, a palavra mágica e, mais do que isso, compromisso e obrigação das empresas que se pretendem modernas e competitivas. A consciência ecológica por parte das empresas resultou, também, na mitificação do conceito de qualidade do produto, que agora precisa ser ecologicamente viável. Recente estudo americano concluiu que, no primeiro semestre de 1990, 9,2% dos produtos introduzidos no mercado eram anunciados verdes, enquanto em 1989 estes constituíam apenas 0,5%. (ANDRADE, TACHIZAWA e CARVALHO, 2004, p. 7).

Ao longo das décadas o processo de conscientização ambiental foi se intensificando, seu início se deu a partir do final da década de 50, onde se efetivou no século XX, logo foram criadas algumas organizações, leis, debates que visavam o uso regular do meio ambiente. (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Históricos das preocupações socioambientais e difusão da conscientização ambiental.

1957 - Surge nos Estados Unidos as exigências de projetos com dispositivos de controle Ambiental; 1962 - Rachel Carson lança o livro Primavera silenciosa; 1968 - Fundado o clube de Roma: Países que se reúnem para formar um movimento mundial de conscientização ecológica; 1971 - A ISO (Internacional Standard Organization), constitui três comitês técnicos para a normalização: o GRANA do ar (TC-146) o da qualidade da água (TC-147), o da qualidade do solo (TC-148); 1972 - O clube de Roma promove a primeira conferência Mundial sobre o meio ambiente em Estocolmo. A carta de Estocolmo estabelece 23 princípios comuns a todos os países, capazes de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do meio ambiente, conforme o relatório dos limites de crescimentos; 1975 - Primeiro marco internacional com o lançamento da carta de Belgrado, definido metas e orientações para a educação ambiental; 1977 - Conferência intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, Geórgia; 1978 - Por iniciativa da Alemanha começam a surgir selos ecológicos e a certificação ambiental; 1983 - Criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNMAD; 1987 - Como resultado da CNMAD surge o relatório “o nosso futuro comum” ou Brundtland; 1991 - Realizada a Segunda Conferência Mundial da Indústria em <i>Rotterdam</i> sobre Gestão Ambiental; 1992 - Conferência da ONU sobre meio ambiente e desenvolvimento UNCED (Rio 92); aprovação da Agenda 21; 1992 - Edição da norma britânica BS 5750, que cria procedimentos para estabelecer um sistema de Gestão Ambiental, como base para o ISO 14000; 1996 - Editada a norma ISO 14000, que trata do sistema de gestão ambiental para as empresas; 1996 - A OMT, lança a Agenda 21 para a indústria de viagem e turismo, visando o desenvolvimento sustentável; 1999 - Aprovado o Código Mundial de Ética do Turismo na Assembleia Geral da OMT; 2002 - Cúpula de Quebec lança carta de Quebec, com recomendações para operadores de ecoturismo; 2002 - Acontece o evento mundial RIO+ 10, chamando atenção quanto ao cumprimento das ações da conferência da ONU, quanto à qualidade de vida no planeta.
--

Fonte: DONAIRE (2001), PNUMA (2006), OMT (2003). Adaptado por NOVAES (2007).

Em virtude dessas novas transformações existentes no mundo, vê-se a necessidade de regulamentar o setor produtivo quanto ao uso dos recursos naturais e seus impactos sobre o meio ambiente. Desse modo, coube ao estado o papel regulamentador de

estabelecer regras na utilização dos recursos naturais e punir as organizações infratoras, ou seja, cabe ao mesmo os instrumentos do comando e controle, (DONAIRE, 2008).

Nesse momento surge também uma gestão com o objetivo de incentivar o uso racional dos recursos naturais e diminuir os impactos negativos que as atividades geram sobre os mesmos, a “gestão ambiental”, que pode ser definida por BEKE; CORDEIRO; THEODORO (ca. 2004, p.9) como “o conjunto de ações que envolvem as políticas públicas, o setor produtivo e a sociedade, visando o uso racional e sustentável dos recursos ambientais, ela engloba ações de caráter político, legal, administrativo, econômico, científico, tecnológico, de geração de informação e de articulação entre estes diferentes níveis de atuação”.

Segundo o mesmo autor, dentre suas principais funções pode-se destacar: o Planejamento, uma ferramenta administrativa que faz previa determinações das ações que serão realizadas na gestão, definido por BARRETO (2002, p.12), como “processo dinâmico, onde é lícita a permanente revisão, a correção de rumos, pois exige um repensar constante mesmo após a concretização dos objetivos”. Como também a Organização, retratando o modo ou relação entre os envolvidos de forma a alcançar os objetivos estabelecidos; a Direção, que aborda o processo de incentivar e influenciar os atores envolvidos e o Controle que verifica se ações alcançadas estão de acordo com as metas e estratégias estabelecidas.

O planejamento na gestão ambiental pode ser considerado como um instrumento muito promissor, já o que o mesmo pode gerar inúmeros benefícios e evitar possíveis transtornos. Sendo assim, segundo CARVALHO (2010), existem inúmeros tipos de planejamento, sua variação se dá pela abrangência, modalidade, nível de participação e tempo de execução. (Ver Quadro 2).

Quadro 2 – Tipos de planejamento

TIPIFICAÇÃO	ABRANGÊNCIA	TEMPO	NÍVEL DE DECISÃO
Estratégico	Organização como todo	Longo prazo	Alta administração
Tático	Departamento/ setor	Médio prazo	Média gerência
Operacional	Tarefa ou operação	Curto prazo	Supervisão
Participativo	Um território	Longo prazo	Todos os atores
Ambiental Municipal	Um território (com ênfase na conservação dos recursos ambientais)	Longo prazo	Todos os atores
Biorregional	Um território (com ênfase na conservação dos recursos ambientais)	Longo prazo	Todos os atores
Urbanístico	Um território	Longo prazo	Alta direção
Econômico	Um território	Longo prazo	Todos os atores
Municipal	Um município	Longo prazo	Todos os atores

Fonte: PETROCCHI (2010 *apud* CARVALHO 2010)

O planejamento ambiental, conforme o observado, é de longo prazo, requer decisões e a participação de todos os atores envolvidos (Estado, Iniciativas privadas e sociedade) e abrange o território com foco na conservação dos recursos ambientais.

Além desses aspectos fundamentais na gestão ambiental, LINDEBERG, HAWKINS (1997) e FRANKIE (2005 *apud* CARVALHO 2010 p.50) consideram como instrumentos básicos: A criação de Áreas de Proteção Ambiental - APA, a elaboração de pesquisas que possibilitem o aprofundamento de técnicas de prevenção e conservação de áreas naturais, tais como Estudos de Impactos Ambientais – EIA, Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, fiscalizações de atividades potencialmente impactantes, criação zoneamento ecológico-econômico - ZEE, programas de educação ambiental e programas de monitoramento ambiental.

Faz-se também necessário na gestão ambiental o uso de técnicas que incentivem o uso racional do meio ambiente, por meio da reciclagem, ventilação natural, energia solar, reutilização da água da chuva, entre outras, definida por LINDEBERG & HAWKINS (1999, p.28) por “ecotécnicas”.

O Estado, mercado e a sociedade exigem cada vez mais uma postura proativa por parte das organizações, com práticas ecologicamente mais saudáveis dentro das suas políticas corporativas e dos seus meios produtivos. Assim, surgiram algumas certificações que incentivam essa prática, tal como o ISO 1400 – certificação oferecida às organizações referente à conservação do meio ambiente.

SOUZA (2002 *apud* Oliveira 2008, p.49), ressalta algumas razões para que as organizações tenham procurado inserir uma postura ecológica dentro das suas políticas organizacionais: “primeiramente, o fato do regime regulatório internacional obedecer às exigências crescentes em relação à proteção ambiental; segundo as mudanças ocorridas no mercado (tanto de fatores quanto de produtos – pressão de acionistas, investidores, bancos e a busca de melhor reputação); terceiro, as crescentes descobertas de nível científico e a divulgação das consequências dos danos ambientais e a pressão dos consumidores”.

Sendo assim, a busca por uma gestão ambiental dentro das organizações torna-se intensa, já que uma empresa sustentável ou que presa pela conservação do meio ambiente passa a ser sinônimo de bons negócios, pois os consumidores estão cada vez mais exigentes quanto às posturas ambientais.

Na atividade turística a gestão ambiental apresenta-se de forma promissora, pois seus consumidores procuram cada vez mais ambientes exóticos ou naturais, como também empreendimentos que presem pela conservação da natureza. Sendo que seus agentes tendem a operar de forma criativa sobre esses novos consumidores que exigem qualidade nos produtos turísticos e excelência na conservação dos recursos naturais.

A gestão ambiental no turismo pode minimizar os efeitos drásticos que o mesmo gera sobre o meio ambiente, tais como: desmatamento, poluição de lagos, rios, praias, entre outros. O que acarretará em incentivar o uso racional desses recursos naturais tornando-os mais competitivos.

2.3. Atrativos Turísticos

Os atrativos turísticos são um dos elementos que compõem a oferta turística, juntamente com serviços turísticos, serviços públicos, infraestrutura básica, gestão da imagem da marca e preço, (IGARRA, 2003). No entanto, não se tem um conceito definitivo que possa caracterizá-lo, o que se pode mencionar é que algo capaz de atrair ou motivar a saída de um turista para um determinado lugar.

IGNARRA (2003) e ROSE (2002) mencionam que os atrativos turísticos estão arrolados com as motivações que levam o deslocamento dos turistas e a avaliação que os mesmos fazem desses elementos, os quais podem ser divididos em naturais e culturais (Ver Quadros 3 e 4). Porém o que pode ser atraente para uma pessoa pode não ser para outra, às vezes, um atrativo não tem o menor valor para um anfitrião e é muito atraente para o visitante. Nesse sentido, o que vai fazer a diferença são os detalhes ou pequenas peculiaridades, pois quanto mais único e diferente for um elemento mais chamará atenção.

Quadro 3 - Atrativos Naturais

ATRATIVOS NATURAIS	
TIPOS	SUBTIPOS
Montanhas	Picos Serras Montes/morros/colinas Outros
Planalto e Planícies	Chapadas/tabuleiros Patamares Pedras/tabulares Vales/rochedos
Costa ou Litoral	Praias Restingas Mangues Baías/enseadas Sacos Cabos/pontas Falésias/barreiras Dunas Outros
Terras insulares	Ilhas Arquipélagos Recifes/atóis
Hidrografia	Rios Lagos/lagoas Praias fluviais/lacustres Quedas d'água
Pântanos Fontes hidrominerais e/ou terminais Parques e reservas de flora e fauna Grutas/cavernas/furnas	

Fonte: IGANARRA (2003, p.55).

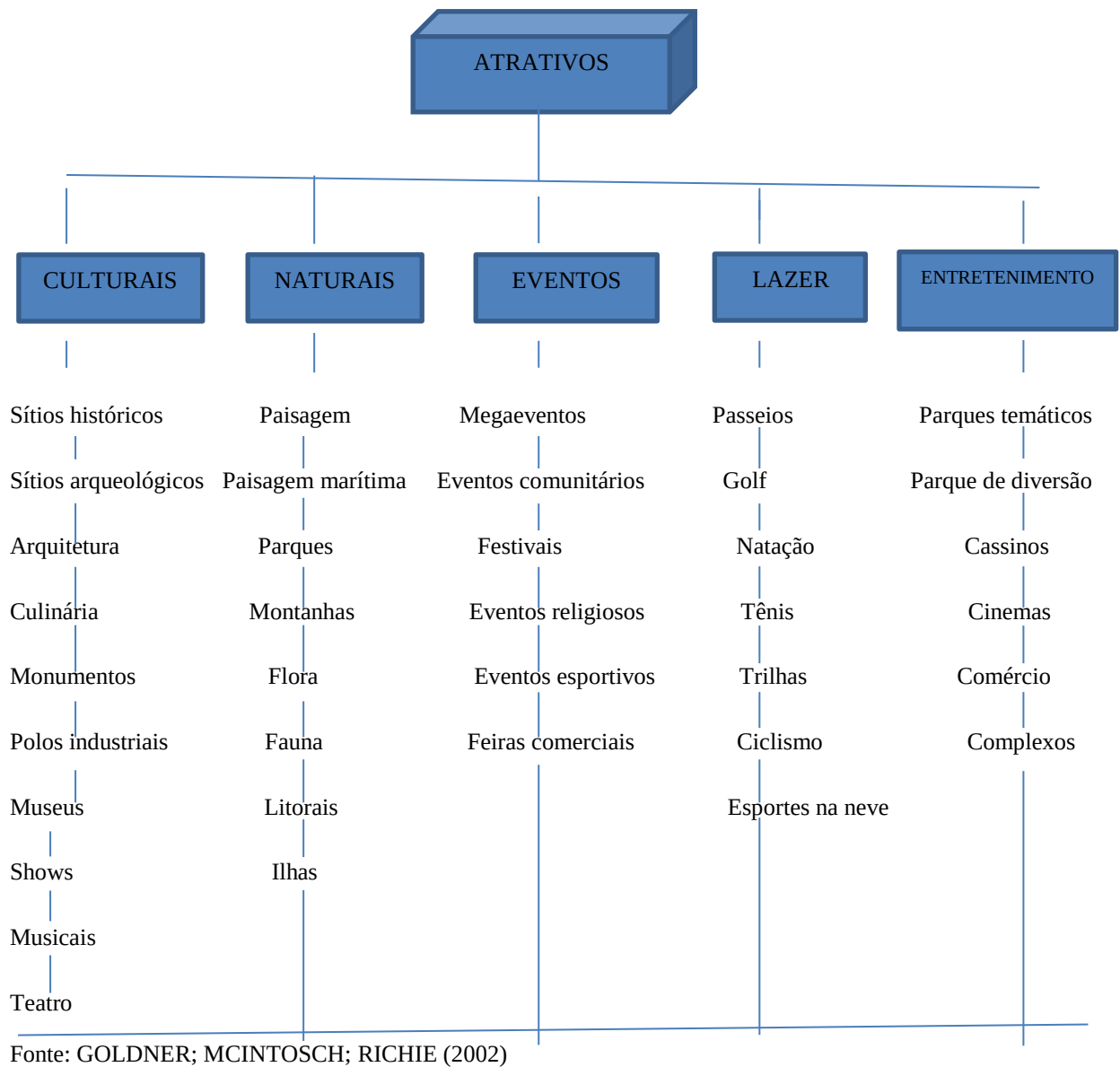
Quadro 4 – Atrativos Culturais

ATRATIVOS CULTURAIS	
TIPOS	SUBTIPOS
Monumentos	Esculturas Pinturas Outros legados
Sítios	Sítios históricos Sítios científicos
Instituições e estabelecimentos de pesquisa e lazer	Museus Bibliotecas Arquivos Institutos históricos e geográficos
Manifestações, usos e tradições populares	Festas/comemorações/atividades religiosas Festas/comemorações cívicas Gastronomia típica Feira e mercados
Realizações técnicas e científicas contemporâneas	Explorações de minérios Exploração agrícola/pastoril Exploração industrial Assentamento urbano e paisagístico Usinas/barras Zoológicos/aquários/viveiros Jardins botânicos/hortos Planetários
Acontecimentos programados	Congressos e convenções Feiras e exposições Realizações desportivas Realizações artísticas/ culturais Realizações Sociais/ assistenciais Realizações gastronômicas/ de produtos

Fonte: IGANARRA (2003, p.59).

Os atrativos naturais compreendem tudo aquilo que é ofertado pela natureza, geralmente com pouca intervenção humana. E os culturais elementos históricos, manifestações e uso populares, eventos programados, realizações técnicas, entre outros. Ou seja, tudo que envolve o contato social e transmissão de conhecimentos.

Nessa mesma linha de pensamento, GOLDNER, MCINTOSCH, RICHIE (2002, p.152) definem os atrativos como “razões pelas quais as pessoas viajam”, considerando como o mais importante elemento do sistema turístico, pois sem eles não seria possível o deslocamento dos turistas para as localidades, assim não faria sentido a criação e o aprimoramento de outros serviços turísticos, tais como hospedagem, transportes, alimentação, distribuição e dentre outros. Desse modo, os autores concordam com os demais quando afirmam que os atrativos turísticos são algo capaz de motivar o deslocamento das pessoas, no entanto, conforme pode ser observado na Figura 1, se divergem quanto à classificação dos mesmos, mencionando que além dos naturais, culturais podem ser agregados eventos, lazer e entretenimento.

Figura 1- visão geral dos atrativos

SWARBROOK (1995 *apud* OMT 2001, p.122) também aborda uma classificação um pouco distinta, inferindo que os atrativos turísticos podem ser divididos em: atrativos naturais; atrativos criados pelo homem, mas não planejados com a intenção de atrair visitantes; atrações criadas pelo homem com intenção de atrair visitantes e eventos especiais. (ver Quadro 5).

Quadro 5 – Classificação dos atrativos turísticos.

Naturais	Criados pelo homem não planejados	Criados pelo homem	Eventos especiais
	com intenção de atrair visitantes	com a intenção de atrair visitantes	
Praias	Catedrais	Parque de diversões	Festivais de arte
Grutas	Igrejas	Parque temáticos	Encontros esportivos
Rios	Casas históricas	Museus	Mercados e feiras
Lagoas	Monumentos	Centros de exposições	Folclore
Bosques	Jardins históricos	Centros de exposições	Aniversários históricos
Flora		Cassinos	Eventos religiosos
Fauna		Centros de lazer	
		Balneários	
		Lugares para piquenique	
		Parque safari	

Fonte: JONH SWARKBOOKE (1995, P.5 *apud* OMT 2001, p.122).

Já COOPER (1993 *apud* OMT 2001, p.123) apresenta uma abordagem similar, distinguindo-os entre atrativos reproduzíveis – criados pelo homem e podendo ser reproduzidos em qualquer lugar, como por exemplo, os parques temáticos; e não reproduzíveis – elementos naturais ou culturais que jamais poderão ser apresentados ou reproduzidos em outros lugares.

Para BENI (2001), a classificação dos atrativos turísticos pode ser feita da seguinte maneira: atrativos naturais, atrativos históricos – culturais, manifestações e uso populares, realizações técnicas e científicas contemporâneas e acontecimentos programados. O autor enfatiza ainda que os atrativos estão intrinsicamente ligados ao fator motivador de deslocamentos das pessoas/turistas. Dessa forma para que estejam sempre em competitividade no mercado devem obedecer às exigências e expectativas dos consumidores.

Portanto, independente de classificações, os atrativos são essenciais no sistema turístico, pois sem eles, como dito anteriormente, não haveria motivações para que as pessoas se deslocassem e fundamentos para que fossem criados outros elementos contidos nesse sistema turístico, tais como: o setor de hospedagem, restauração e serviços em geral. Sendo assim, cabe aos gestores e planejadores utilizar esses elementos e enquadrá-los em uma boa estratégia de marketing para satisfazer e atrair consumidores. Já existem vários sistemas que

servem de orientações para os gestores dos destinos turísticos, e consequentemente, dos atrativos turísticos que neles estão inseridos, como por exemplo, o sistema de inventariação da oferta turística - INVTUR, criado com a finalidade de identificar, tipificar e registrar todos atrativos turísticos existentes nesses destinos e proporcionar maiores informações aos agentes e visitantes .

2.3. Ecoturismo

A relação do homem com a natureza, como dito anteriormente, não é um fenômeno recente na história da humanidade, apenas é um processo que vem se intensificando. Impulsionado pelo seu espírito aventureiro o homem sempre procurou desafiar o meio natural, desde os primórdios gregos a idade moderna os desafios à natureza se fizeram presentes. Na antiguidade clássica, filósofos gregos, como Aristóteles e Heródoto já se deslocavam com o intuito de conhecer novos povos e novas paisagens. Dentre os séculos XV e XVI foram realizadas grandes navegações com o objetivo de desvendar o mundo, essencialmente o continente americano. E entre os séculos XVII e XIX, naturalistas, aventureiros, exploradores e cientistas foram induzidos a percorrer a América em busca de coisas naturais, para o enriquecimento de pesquisas científicas (KRUGER, 2008, p.69).

Segundo AGUIAR e DIAS (2002, P.111), “essa busca pelo natural teve como consequência a segmentação do turismo ligado à natureza, com a criação de várias denominações: turismo ambiental, turismo ecológico, turismo rural, agroturismo, turismo verde. Todos baseados no contato maior do homem com natureza”.

No entanto, foi somente em 1872, com a criação do primeiro espaço legalmente protegido – parque nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos - “cuja iniciativa resultou da emergência de ideias preservacionistas e da pressão exercida pelos amantes da natureza da época”, que surgem as primeiras atividades no ambiente natural baseadas em princípios sustentáveis, fundamentando o turismo ecológico, atualmente apresentado como ecoturismo (PIRES, 2002, p.31).

Segundo o autor citado, o ecoturismo se encontra dentro da visão de turismo sustentável e tem perspectiva de conservar o meio ambiente para que as futuras gerações possam também usufruir. Afirmando também, que o termo turismo ecológico foi usado de forma correta na década de 1980, mas a partir de 1990 passou a ser substituído por

“ecoturismo”, termo elaborado pelo mexicano Hector Ceballos-Lascuráin – arquiteto e consultor internacional.

Lascuráin, em 1998, caracterizou pela primeira vez o ecoturismo como:

Uma modalidade turística ambiental responsável, que consiste em viajar ou visitar áreas naturais relativamente sem destruir com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagem, flora e fauna silvestres) de ditas áreas, bem como qualquer manifestação cultural (do presente e do passado) que possa ser encontrada aí, através de um processo que promove a conservação. Possui baixo impacto ambiental e cultural e propicia um involucramento ativo e socioeconômico benéfico das populações as populações (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1998 *apud* BARBOSA, 2008, P.38).

Logo, o ecoturismo foi caracterizado por Lascuráin como uma modalidade de turismo de baixo impacto ambiental, pois se apropria da natureza de maneira racional com finalidade de apreciar e estudar os recursos que ela oferece.

O grupo interministerial, assim como menciona MAIA (2005, P.57), composto pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo – MICT, Empresa Brasileira do Turismo – EMBRATUR, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA, Ministério do Meio Ambiente – MMA, consultores e empresários definiu o ecoturismo como:

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do meio ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

NEIL e WEARING (2001) abordam o ecoturismo como um segmento do turismo que inclui visitas ou viagens a áreas naturais, ou áreas com pouca intervenção humana, na quais os ecoturistas envolvidos são motivados por questões de conscientização ambiental, social, cultural, entre outros.

Atualmente o segmento do ecoturismo está se intensificando, abrangendo uma média de 50 milhões de pessoas no mundo e meio milhão no Brasil, chegando a estimar uma média de crescimento de 20% ao ano. (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2012).

Embora o ecoturismo esteja estreitamente ligado ao turismo de natureza, autores como GOODWIN (1996 *apud* BARBOSA, 2008), SEABRA (2001) e MAIA (2005) afirmam que são atividades diferentes, já que os princípios da sustentabilidade podem não ser apresentados com a mesma intensidade.

Com base no exposto, MAIA (2005, p.60) enfatiza ainda que:

O ecoturismo, muitas vezes, é confundido com as outras atividades turísticas ligadas à natureza, como por exemplo, o turismo de aventura, turismo rural, turismo esportivo, entre outros. Apesar destas atividades turísticas estarem relacionadas com o ecoturismo, não significa que sejam a mesma coisa ou que estejam baseados em princípios sustentáveis. Assim se tais atividades seguirem os princípios de sustentabilidade ao serem planejadas e executadas poderão ser consideradas parte de um composto ecoturístico, este mais amplo e abrangente. (MAIA, 2005, P.60).

Logo, segundas as concepções do autor, as atividades turísticas ligadas à natureza só poderão ser consideradas atividades ecoturísticas se forem planejadas dentro de princípios sustentáveis.

GOODWIN (1996 *apud* BARBOSA, 2008 p.39) ressalta essa consideração afirmando que o turismo na natureza:

Engloba todas as formas de turismo- turismo de massa, turismo de aventura, turismo de baixo impacto, que utilizam os recursos naturais de forma selvagem ou não desenvolvida- inclusive espécies, habitats, paisagens, atrações aquáticas de água doce e salgada. O turismo na natureza é viagem com objetivo de apreciar as áreas naturais não desenvolvidas ou da vida selvagem.

Já o ecoturismo pode ser compreendido como:

O turismo de natureza de baixo impacto, que contribui à manutenção de espécies e habitats diretamente, por meio de uma contribuição à conservação e/ou indiretamente produzindo rendimentos para as comunidades locais, para que elas valorizem e, portanto, protejam suas áreas herdadas de vida selvagem como fonte de renda.

Assim, pode-se afirmar que os princípios da sustentabilidade são apresentados de formas distintas no turismo de natureza, que admite atividades de alto impacto ambiental, tal como Motocross, náutica motorizada, off-road, caça; e o ecoturismo admitindo somente atividades de baixo impacto ambiental, tais como caminhadas, acampamentos, observação a natureza, entre outras. Desse modo, conforme pode-se observar no Quadro 6, o perfil do ecoturista apresenta algumas diferenças em relação ao turista de natureza.

Quadro 6 - Perfil de ecoturista e turista de natureza

TEMA	ECOTURISTA	TURISTA NA NATUREZA
Escolaridade	Possui nível superior, muitas vezes com pós-graduação.	Nível de escolaridade varia entre o primeiro grau a segundo grau.
Renda mensal	Faixa de renda acima R\$ 2.000	Independente de renda
Expectativa	Em busca de paz, diversão, tomar banho de cachoeira, harmonia com a natureza, artesanato local, gastronomia típica, conhecimento ambiental, história e cultura da região.	Diversão, levar “souvenires” como pedras e plantas bonitas, liberdade para bagunçar e brincar, tomar banho de cachoeira, ouvir som alto etc.
Exigência	Exige conforto quando retorna para a hospedagem, segurança, higiene impecável na cozinha e nos sanitários, guias experientes na região, saber da programação com antecedência, estruturas ecologicamente corretas, saber se sua visita foi benéfica para a natureza e paga o preço justo por todos os serviços (chegando a pagar R\$ 300,00 por dia).	O preço baixo é determinante para que se sinta com vantagem.
Deixa para traz	Tudo como encontrou	Lixo, bagunça, más influencias, etc.

Fonte: GRUPO NATIVA (2000 *apud* Caetano 2006, p.42)

Conforme o observado, os ecoturistas são pessoas críticas, dotadas de uma maior conscientização ambiental, que cobram posturas ecologicamente corretas; geralmente, possuem uma graduação, tem maior poder aquisitivo e causam menos impactos no meio ambiente. Já os turistas de natureza, em sua maioria, possuem escolaridade inferior ao nível superior, são atraídos por preços, vão em busca de divertimento, não têm preocupações aos danos que podem ser agregados ao meio natural e causam muitos transtornos a natureza.

Embora os já mencionados autores acreditem que o ecoturismo é um segmento de turismo que objetiva utilizar o meio ambiente de forma menos impactante, GOEDLNER; MCINTOSH; RICHIE (2002, P.357) dizem se tratar de um mito afirmar que o ecoturismo é a única resposta lógica e sustentável aos impactos ambientais da atividade:

Na verdade, o ecoturismo - ou seja, o turismo com a motivação específica de desfrutar da vida selvagem ou de áreas naturais pouco modificadas - poderá dar uma contribuição secundária, embora importante, devido à natureza limitada ao mercado. Através de gerenciamento cuidadoso, ele não é mais sustentável do que outras formas de desenvolvimento turístico, podendo causar mais problemas do que resolvê-los.

Portanto, o termo ecoturismo é de difícil conceituação, o que se pode afirmar é que passou a ser um segmento do turismo ligado à natureza, que se originou de uma prática

sustentável (podendo não ser a única) objetivando diminuir os impactos que a atividade gera sobre meio ambiente e que utiliza de forma racional os recursos naturais, para que assim as futuras gerações possam também usufruir.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta etapa apresenta a metodologia adotada na pesquisa, abordando os procedimentos desenvolvidos para a realização da mesma e as técnicas utilizadas que possibilitaram seu aprofundamento.

3.1 Método de pesquisa

Essa pesquisa é de natureza quali-quantitativa onde seu objetivo é de caráter descritivo-exploratório, pois busca descrever, quantificar dados e explorar informações relacionadas à gestão ambiental de atrativos turísticos naturais e impactos ambientais em um município potiguar com grande potencial turístico, a partir da colaboração e compreensão do gestor ambiental, residentes e visitantes do município estudado.

Segundo DENCKER (1998, P.119) a pesquisa qualitativa compreende:

A observação dos fenômenos sociais feita de maneira intensiva, que implica a participação do pesquisador no universo de ocorrência desses fenômenos, é uma metodologia do tipo qualitativo.

Logo, pode-se afirmar que a pesquisa qualitativa requer que o pesquisador vá a campo, a fim de observar e interpretar as concepções de um determinado grupo em relação ao fenômeno que se pretende investigar.

A pesquisa quantitativa segundo as concepções de REIS (2008, p.58):

Caracteriza-se pelo uso da quantificação na coleta e no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas. Ela tem o intuito de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretação, traduzindo em números as informações analisadas e dados coletados.

Sendo assim, pode-se inferir que a pesquisa quantitativa utiliza-se de métodos estatísticos para transformar informações em dados exatos.

Segundo GIL (2009), as pesquisas exploratórias possibilitam uma maior familiarização com o assunto que se pretende abordar, permitindo a construções de hipóteses a fim de esclarecer e tornar mais explícito o problema da pesquisa.

De acordo com DENCKER (1998, p.151):

A pesquisa exploratória procura aprimorar idéias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível, envolvendo em geral levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares.

Caracteriza-se também como uma pesquisa descritiva, pois busca identificar as políticas ambientais, bem como descrever práticas, incentivos, planos, projetos e leis que

constituem a gestão ambiental no município estudado. Segundo DENCKER (1998, p.151) esse tipo de pesquisa:

Procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis. Utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário e a observação sistemática. A forma mais comum de apresentação é o levantamento, normalmente realizado mediante questionário e que oferece descrição da situação no momento da pesquisa.

Portanto, essa pesquisa abrange todos esses métodos abordados, constituindo-se como uma pesquisa quali-quantitativa descritiva-exploratória.

3.2 População e Amostra

No presente trabalho o destino selecionado para aplicar o estudo foi o município de Baía Formosa/RN, localizado no litoral sul a 94 km da capital potiguar, possui grandes peculiaridades naturais, considerado um destino provido de atrativos turísticos naturais com grande potencial para desenvolver o segmento do ecoturismo. Sua escolha se deu em função da grande diversidade de atrativos turísticos naturais que o mesmo apresenta, facilitando assim o aprofundamento da pesquisa, e a carência de estudos voltados para esse município com ênfase nesse aspecto.

A entrevista foi direcionada ao gestor ambiental do município, que nesse caso foi a Secretária de Meio Ambiente (Geografa e Especialista em Direito Ambiental). Já o questionário abrangeu um total de 50 (cinquenta) pessoas, sendo que mais de noventa por cento dessa amostra foi representada pelos residentes (45 residentes), incluindo os Bugueiros, pessoas que utilizam os atrativos naturais em função do lazer e de saúde física e funcionários públicos. A Outra pequena percentagem foi representada por turistas (5 turistas). Desse modo, essa amostragem da pesquisa pode ser caracterizada não probabilística como por julgamento, já que foi feita uma seleção da amostra mediante fatos relevantes para o resultado do estudo em questão.

Segundo GIL (2009, p.90) a amostra é “Subconjunto do universo ou da população, por meio do qual se estabelecem ou se estimam as características desse universo ou população”.

Conforme DENCKER (1998, p. 214) a amostragem por julgamento é aquela “pela qual um especialista seleciona o que acredita ser a melhor amostra para o estudo de determinado problema”, assim como se fez para selecionar o público alvo do questionário.

3.3 Coletas de dados

A pesquisa foi realizada através de fontes primárias, onde as informações foram obtidas após a aplicação da entrevista e do questionário entre os dias 10 de Setembro a 20 de Outubro do presente ano. A pesquisa de fontes primárias, segundo COOPER (2001, p.223), “são trabalhos originais de pesquisa ou dados brutos, sem interpretações ou pronunciamentos, que representam uma opinião ou posição oficial”.

A primeira etapa da pesquisa foi caracterizada pela aplicação de uma entrevista com a gestora ambiental do município. A entrevista se encontra íntegra no apêndice B, comporta 9 (nove) questões semiestruturadas que objetivam descrever as políticas ambientais da localidade que influenciam na gestão dos atrativos naturais de uso turístico, incluindo projetos, leis, programas e outras ações.

A aplicação dos questionários com os residentes do município de Baía Formosa e alguns turistas caracterizou a segunda etapa da pesquisa. A seleção dos residentes e dos turistas se deu em função do conhecimento dos mesmos em relação aos atrativos naturais da localidade, onde considerou-se mais viável questionar os bugueiros, já que os mesmos, diariamente se deslocam aos atrativos para levar os turistas; pessoas que utilizam os atrativos naturais para o lazer, para caminhadas matinais e para prática de esportes, como também funcionários públicos, essencialmente, aqueles mais providos de informações sobre o estado de conservações desses atrativos. O questionário se encontra íntegro no apêndice A, comporta 10 (dez) questões das quais buscou-se verificar o estado de conservação dos atrativos turísticos naturais abordando os mais variados aspectos, tais como: se os respondentes consideram esses ambientes conservados, sinalização turística, sinalização ambiental, lixeiras de coleta seletiva, proteção contra erosão costeira, controle de visitantes e fiscalização. A nona questão do questionário comporta uma escala, na qual o respondente pode avaliar de maneira geral esses atrativos como ruim, bom e ótimo atribuindo-os uma nota; e a décima questão específica para sugestões.

3.4 Técnica de Análise

Na primeira etapa da pesquisa foi realizada uma entrevista com o gestor ambiental do município que resultou em uma série de informações sobre as políticas ambientais que influenciam na gestão dos atrativos turísticos naturais dessa localidade, essencialmente as de caráter municipais, assim para se chegar à conclusão desejada foi feita uma análise de conteúdo, já que se trata de conteúdos que não precisam de quantificações.

Segundo BARDIN (1997, P. 42) a técnica de análise de conteúdo:

É um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Logo, pelo fato da entrevista ser estruturada por perguntas abertas, onde o gestor ambiental pode decorrer espontaneamente sobre as políticas ambientais do município, as informações obtidas na mesma precisaram ser verificadas pelo método da análise de conteúdo.

Na segunda etapa caracterizada pela aplicação do questionário que envolveu um total de 50 (cinquenta) pessoas (residentes e turistas) resultou em um grande número de informações sobre o estado de conservação dos atrativos turísticos naturais, que precisaram ser analisadas através do método de estatística descritiva. Assim, com o apoio do excel - Software de planilhas eletrônicas - essas informações foram contabilizadas, transformadas em porcentagens e postas em gráficos. A nona questão, que envolve uma escala que varia de ruim, bom e ótimo, na qual foi atribuída notas, precisou-se utilizar o método de média aritmética, desse modo cada atrativo natural de uso turístico obteve uma média para seu estado de conservação.

4 RESULTADOS

4.1 Apresentação dos atrativos naturais de uso turístico

O município de Baía Formosa fica localizado ao litoral Sul do estado, a 94 km da capital potiguar. O mesmo abrange uma área de 245,661 km² e uma população de 8.573 habitantes (IBGE, 2010). Dentro de sua faixa territorial encontra-se uma diversidade de recursos naturais, tais como praias, dunas, falésias, manguezais e Mata Atlântica, o que favorece a prática do turismo ligado à natureza, essencialmente o ecoturismo. Dentre todos os atrativos naturais, pode-se destacar os de uso turístico:

QUADRO 7 – Atrativos naturais de uso turístico do município

ATRATIVOS NATURAIS	CATEGORIA
Praia do Porto	Praia
Praia da Cacimba/Pontal	Praia
Praia de Bacupari	Praia
Praia das Perobas	Praia
Praia das Barreirinhas	Praia
Praia do Sagi	Praia
Morro do Careca	Dunas
Rio do Sagi	Rio
Rio Guaju	Rio
Mata Estrela	Mata
Lagoa Araraquara	Lagoa
Manguezal	Manguezal

FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

4.1.1 Praias e Dunas

Dentro do limite do município encontram-se 26 km de praias arenosas, de águas mornas e limpas, envolvidas por 2.365 hectares de mata atlântica e com pouca interferência humana, o que pode-se considerar como praias semidesertas. O turista que vem à localidade e pode ter acesso às mesmas através de uma caminhada, passeio de barco ou passeio de Buggy. Nelas são desenvolvidas práticas esportivas como surf, voleibol, entre outras. Além disso, contribuem com a economia da cidade favorecendo a atividade pesqueira.

A Praia do Porto é o cartão de visita da localidade, nela se encontra uma exuberante baía, da qual originou o nome Baía formosa. A mesma favorece atividade

pesqueira, onde se pode encontrar diversos tipos de pescados, inclusive a albacora, peixe típico da região, como também favorece a prática do surf e passeios de barcos.

FIGURA 2 – Praia do Porto



Fonte: CINEMA10, 2013.

A Praia da Cacimba, ou como conhecida popularmente por Praia do Pontal, forma ondas grandes, o que contribui para prática do surf. Nela acontece semestralmente campeonatos de surf, sendo muito frequentada não só por moradores, mas também por turistas nacionais e estrangeiros.

FIGURA 3 – Praia da Cacimba



Fonte: BRASILRN, 2013.

A praia de Bacupari é muito frequentada pelos moradores nos finais de semanas e por turistas em dias eventuais, pois é através dela que se tem o acesso a outras praias tais como: Perobas, Barreirinhas e praia do Sagi. É rodeada pela Mata Atlântica e grandes dunas, inclusive o exuberante Morro do Careca.

FIGURA 4 – Praia do Bacupari



Fonte: FARM, 2013.

A Praia das Perobas fica distante do centro da cidade, sendo mais visitada pelas pessoas em suas caminhadas matinais, pescadores e turistas quando estão se deslocando para a praia do Sagi. É rodeada por falésias e pela vegetação de Mata Atlântica.

FIGURA 5 – Praia das Perobas



Fonte: VENTO DO NORDESTE, 2013.

A Praia das Barrerinhas também se distancia do centro da cidade, sendo rodeada por grande falésias, onde se pode encontrar fontes de águas minerais. É visitada pelos turistas quando estão se deslocando para praia do Sagi.

FIGURA 6 – Praia das Barreirinhas



Fonte: TEMPO DE AVENTURA, 2013.

A Praia do Sagi se distancia das demais, sendo a última praia localizada ao sul do estado, suas águas favorecem a prática do surf e abriga diversas espécies de peixes e crustáceos, o que também favorece a atividade pesqueira.

FIGURA 7 – Praia do Sagi



Fonte: SAMBUGÍ, 2013.

O Morro do Careca fica localizado na praia do Bacupari, considerado grande atrativo turístico, permite ao visitante uma imagem espetacular da praia. É compreendido por uma extensa área de Mata Atlântica. Nele está situado o antigo farol da cidade.

FIGURA 8 – Morro do Careca



Fonte: VENTO DO NORDESTE, 2013.

4.1.2 Rios e Lagoas

O Rio do Sagi é bastante frequentado pelos moradores da localidade e turistas. Fica localizada entre as margens da praia e um maguezal, o que caracteriza suas águas escuras.

FIGURA 9 – Rio do Sagi



Fonte: FC NOTÍCIAS, 2013.

O Rio Guajú é o atrativo natural que mais se distancia da cidade, fica localizado na divisa entre o Rio Grande do Norte e a Paraíba. É muito visitado por turistas nacionais e estrangeiros. Fica situado entre a praia e o manguezal.

FIGURA 10 - Rio Guaju



Fonte: TAMBATUR, 2013.

A lagoa Araraquara, conhecida também por ou lagoa da Coca-cola, fica localizada interior da mata Estrela, seu acesso se dá através de Buggy ou caminhada. É considerada um grande atrativo natural, famosa por suas águas escuras, semelhante ao refrigerante coca-cola, chama a atenção dos visitantes. É uma lagoa de grande porte e de reserva privada.

FIGURA 11 – Lagoa Araraquara



Fonte: MINUBE, 2013.

4.1.3 Mata e Manguezal

No Sudoeste do município encontra-se a Mata Estrela, considerada a maior reserva de Mata Atlântica do estado e a maior sobre dunas do país, abrangendo uma faixa territorial de 2.365 hectares, na qual compreende uma grande diversidade de animais e plantas silvestres. Compreende também um total de 19 lagoas, sendo a mais conhecida e de grande visitação turística a lagoa da Araquara. Em 1990 foi tombada pelo estado do Rio Grande do Norte e no ano de 2000 passou a constituir uma RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural (DINIZ; TINOCO; SANTOS, 2004). Nela o visitante pode fazer uma tranquila caminhada e apreciar belas paisagens com mais diversos tipos de animais e plantas.

FIGURA 12 – Mata Estrela



Fonte: AVENTUREIROS POR NATUREZA, 2013.

FIGURA 13 - Saguí encontrado na Mata Estrela



Fonte: BIOLOGIA COM DJALMINHA, 2013.

O município é constituído por estreita faixa de manguezal que fica localizado na comunidade do Sagi – distrito de Baía Formosa. Além de ser uma espécie de habitat para alguns crustáceos tais como: Caranguejo, Aratú, Sururu, entre outros. Proporciona ao turista um passeio encantador e o contato com a vida selvagem. Oferecendo também, oferece ao visitante o banho lama, que segundo os moradores, é composto por sais minerais e faz bem a pele.

FIGURA 14 - Manguezal



Fonte: VENTO DO NORDESTE, 2013.

Logo, se pode afirmar que o município abrange um total de 12 (doze) atrativos naturais de uso turístico, sendo um destino provido de recursos naturais e que apresenta grande potencial para desenvolver o segmento do turismo ligado à natureza, essencialmente, o ecoturismo.

4.2 Políticas ambientais do município

A elaboração de políticas ambientais também é uma das funções da gestão ambiental, assim como pode ser analisado na afirmação de BEKE; CORDEIRO; THEODORO (ca. 2004, p.9), quando relatam que a gestão ambiental é caracterizada por um conjunto de ações que abrangem as políticas públicas, o setor empresarial e a sociedade, objetivando a utilização dos recursos naturais de maneira racional e sustentável.

As políticas ambientais existentes no município que influenciam na gestão dos atrativos turísticos naturais são bem recentes, a mais antiga, Projeto Orla, teve seu início no ano de 2010, ou seja, a menos de três anos não existia oficialmente uma política que valorizasse os aspectos naturais dessa localidade, o que teoricamente poderia acarretar em sérios problemas para essa comunidade, tal como o uso desordenado desses atrativos naturais levando-se assim a perda de suas peculiaridades.

O Projeto Orla não abrange todos os atrativos turísticos naturais, mas as praias do município, tem a participação de algumas entidades tais como: Superintendência do Patrimônio da União - SPU, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBAMA, Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA/RN, bem como a participação da sociedade civil (Representantes dos Barraqueiros, da Associação dos Bugueiros, dos artesãos). Assim, através do mesmo são realizadas reuniões a cada três meses a fim de garantir o bom uso desses recursos naturais e evitar possíveis transtornos. Já o Plano Diretor é mais abrangente, comporta várias orientações com a finalidade de garantir o desenvolvimento sustentável do município.

O Código do Meio Ambiente é um dos instrumentos mais completo, seu objetivo visa essencialmente a proteção e conservação dos atrativos naturais, garantindo assim melhor qualidade de vida da população local.

O programa de Mutirão de Limpeza é uma política ambiental de suma importância, já que é capaz de despertar a conscientização ambiental na comunidade. É desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente em parcerias com as escolas locais, realizado na semana do meio ambiente. Nesta mesma semana a secretaria disponibiliza palestrantes às escolas, a fim de sensibilizar o corpo sobre as questões ambientais e em um único dia é realizada a limpeza nas praias. O Plano Municipal de Saneamento Básico é bem recente, o que explica o fato de estar em andamento. É de grande importância, já que irá

destinar as águas domiciliares do município, garantindo assim melhor qualidade de vida da população e do meio ambiente.

O quadro 8 contém um resumo das políticas ambientais que influenciam na gestão dos atrativos naturais de uso turístico, o mesmo foi estruturado através das informações obtidas na entrevista realizada com gestor ambiental de Baía Formosa.

QUADRO 8 - Políticas Ambientais do município

POLÍTICAS AMBIENTAIS	ANO DE CRIAÇÃO	OBJETIVO
Projeto Orla	2010	Garantir a gestão democrática e integrada da orla do município.
Plano Diretor	2011	O Plano Diretor tem como objetivo principal orientar, promover e direcionar o desenvolvimento do município, conservando as suas características naturais, dando prioridade à função social da propriedade atendendo ao disposto na constituição federal e no estatuto da cidade – lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2011.
*Plano municipal de Saneamento Básico	2010	Proteger a saúde pública e a qualidade ambiental.
Código do Meio Ambiente	2011	A conservação ambiental, buscando a manutenção de seu aspecto de tipologia rústica, mantendo os seus atributos naturais, especialmente, garantindo a qualidade e quantidade de seus recursos hídricos, destacando-se as áreas destinadas à proteção integral dos recursos naturais, quando assim declarados pelo poder público.
Programa Mutirão de Limpeza	2011	Conscientizar a população, essencialmente os estudantes locais, sobre a importância do meio ambiente e realizar um mutirão de limpeza nas praias do município.

FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

*Em andamento

Conforme pôde ser observado na entrevista realizada com o gestor ambiental do município, existem ainda algumas debilidades relacionadas à gestão ambiental de atrativos turísticos da localidade, tais como: falta de fiscalização, alocação de lixeiras nas áreas desses atrativos, falta de proteção contra erosão costeira nas praias e falta de estudos de capacidades de cargas. De modo como pode comprovado nas seguintes falas da Secretária de Meio Ambiente: o departamento de Meio Ambiente “não fornece ainda fiscalização nas áreas dos

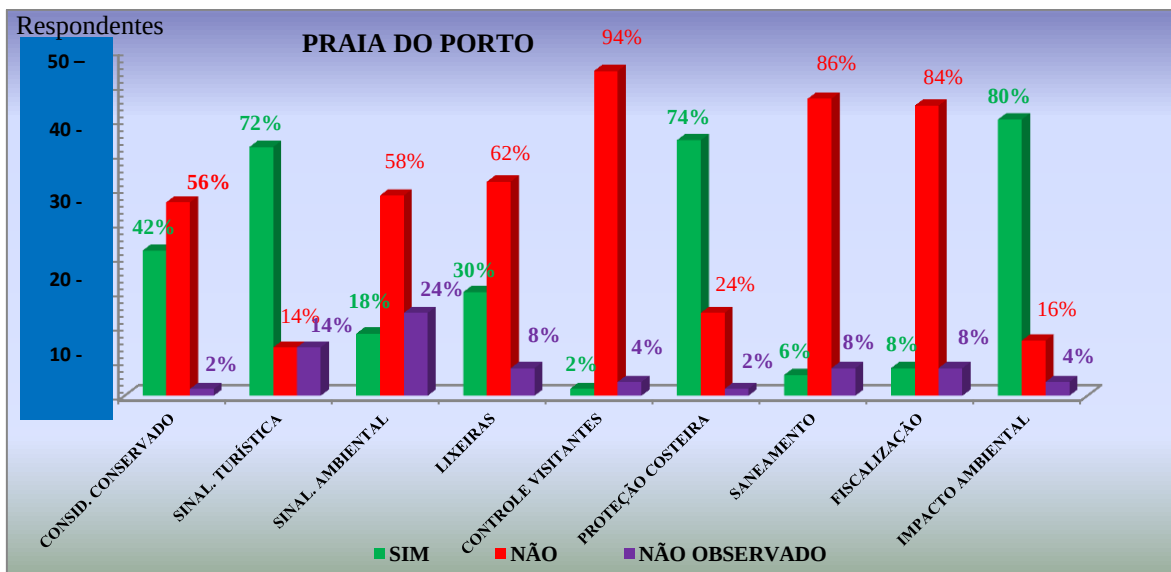
atrativos, mas estamos em processo de elaboração e efetivação”, bem como “não disponibiliza lixeiras em todos os locais dos atrativos naturais de uso turístico, mas em alguns importantes pontos, tais como: Praia do Porto e Lagoa Araraquara”, pois, segundo a justificativa da gestora, a população coloca lixo indevidos (restos de comidas domésticas, couros e animais em decomposição) nas lixeiras que são alocadas nas demais áreas. Mediante ao que se perguntou em relação a implementação de projetos com a finalidade de evitar a erosão marinha, a mesma inferiu que “a Secretaria de Meio Ambiente ainda não elaborou nenhum documento com esta finalidade”. Com relação aos estudos de capacidade de carga, a secretária relatou que nunca elaborou e incentivou esse tipo de pesquisa em nenhum dos atrativos naturais de uso turístico da localidade, justificando apenas o caso da Mata Estrela, “é uma área particular, por isso intervimos pouco”.

Outro aspecto negativo que pode ser observado durante a realização da entrevista foi em relação ao incentivo à coleta seletiva na comunidade, pois apesar de haver esse incentivo por parte do departamento do meio ambiente, de modo como afirmou a gestora ambiental do município: “o incentivo é dado quando há palestras, oficinas nas escolas e mutirões de limpeza nas praias”, não se tem nenhum registro desse trabalho no ano de 2013, os últimos registros foram do ano de 2012.

4.3 Estado de conservação dos atrativos naturais de uso turístico

O turismo que se apropria da natureza de forma racional e sustentável é considerado, por diversos autores tais como: BARBOSA (2008), MAIA (2005) e SEABRA (2001), como ecoturismo. Levando-se em consideração a afirmação de PIRES (2002), que o ecoturismo tem perspectiva de conservar o meio ambiente para que as futuras gerações possam também usufruir, pode-se verificar o estado de conservação dos atrativos naturais de uso turístico do município estudado.

Como pode ser verificado no gráfico 1, 74% afirmaram que a praia do porto possui proteção contra erosão costeira. No entanto, pode-se perceber como aspectos negativos que 94% dos respondentes alegaram que a área desse atrativo não dispõe de controle de visitantes, bem como 80% apontaram a existência de impacto ambiental agravante nessa área.

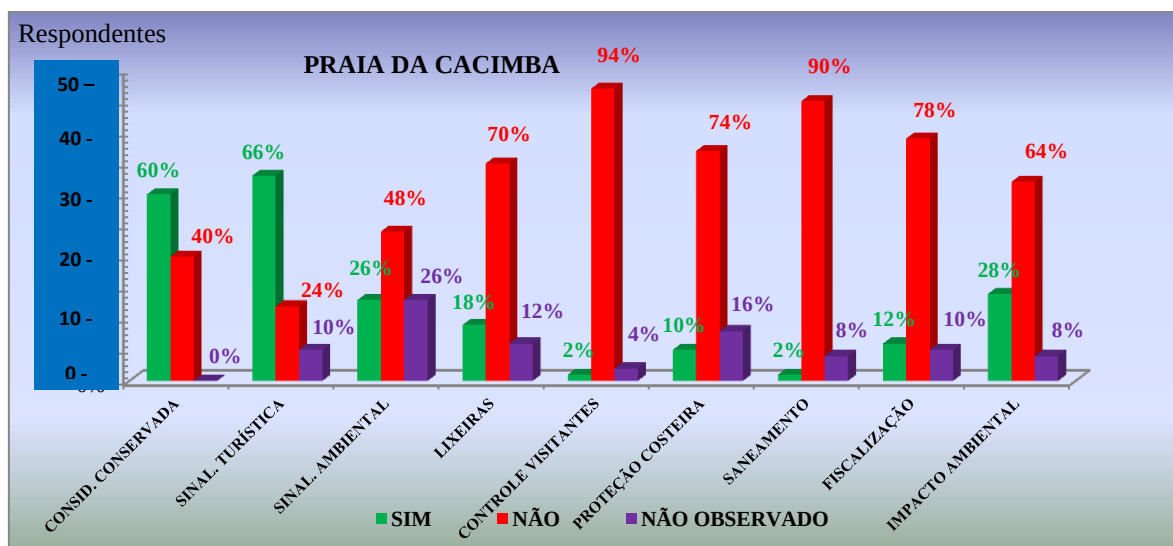
GRÁFICO 1 - Estado de conservação da Praia do Porto

FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

Outras declarações que especificam o tipo de sinalização turística, bem como o tipo de proteção costeira e o impacto ambiental agravante na praia do Porto, podem ser observadas respectivamente nas falas do respondente nº 2, 4, 8, 10 e 22 “placas”, na do respondente nº 16 “existem placas de sinalização turística”; na do respondente nº7 “barreira de proteção”, nas dos respondentes nº 5, 7 e 14 “murro de arrimo”, na do respondente nº 12 “o muro de arrimo evita que as ondas do mar destruam as falésias que ficam às margens da praia”; nas dos respondentes nº 3, 5, 6, 14, 16 e 18 “esgoto” e na do respondente nº 15 “o esgoto de águas pluviais que cai na praia do Porto é um impacto ambiental muito agravante”.

Portanto, pode-se inferir que a Praia do Porto dispõe de sinalização turística em forma de placas, bem como possui proteção costeira através de um murro de proteção, com a finalidade evitar que ondas do mar destruam as falésias existentes na costa; e o esgoto de águas pluviais que desagua na praia foi considerado pelos respondentes, um impacto ambiente muito agravante.

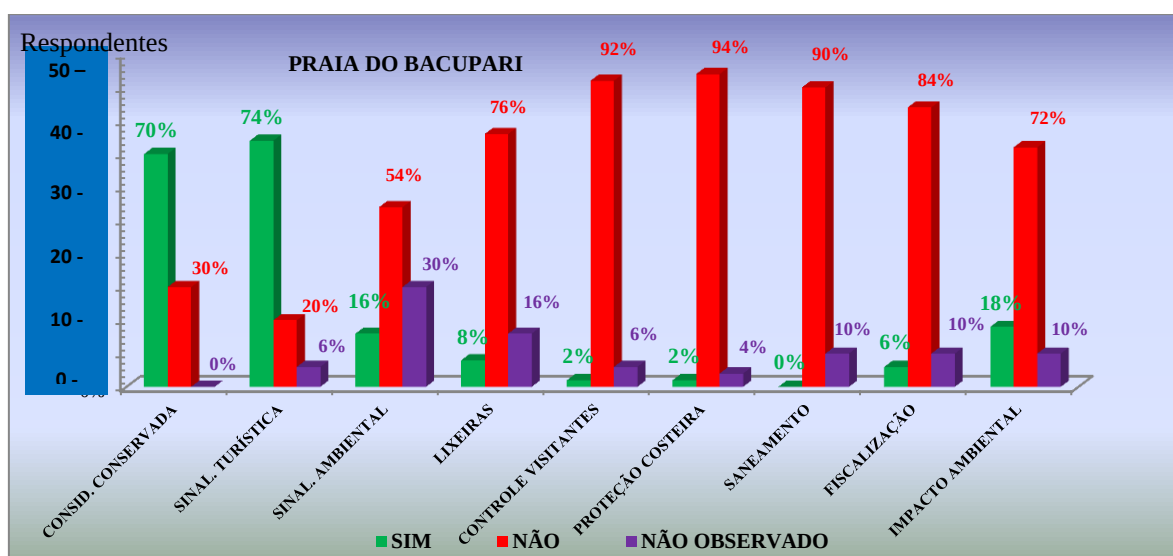
Como pode ser verificado no gráfico 2, 66% dos respondentes alegaram, como maior aspecto positivo da Praia da Cacimba, a existência de sinalização turística. No entanto, 94% inferiram não haver controle de visitantes nesse atrativo e 90% afirmaram que a área da mesma não é saneada.

GRÁFICO 2 – Estado de conservação da Praia da Cacimba

FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

Outras declarações mais específicas que caracterizam o tipo de sinalização turística existente na praia da Cacimba, podem ser observadas nas falas dos respondentes nº 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 16 e 25 “placas” e na do respondente nº 19 “existem placas de sinalização turística”, ou seja, a sinalização turística existente na praia da cacimba é dada em forma de placas.

Como pode ser observado no gráfico 3, 74% dos respondentes inferiram que a praia do Bacupari dispõe de sinalização turística. Como maior aspecto negativo, verifica-se que 94% dos respondentes alegaram não existir proteção contra erosão costeira.

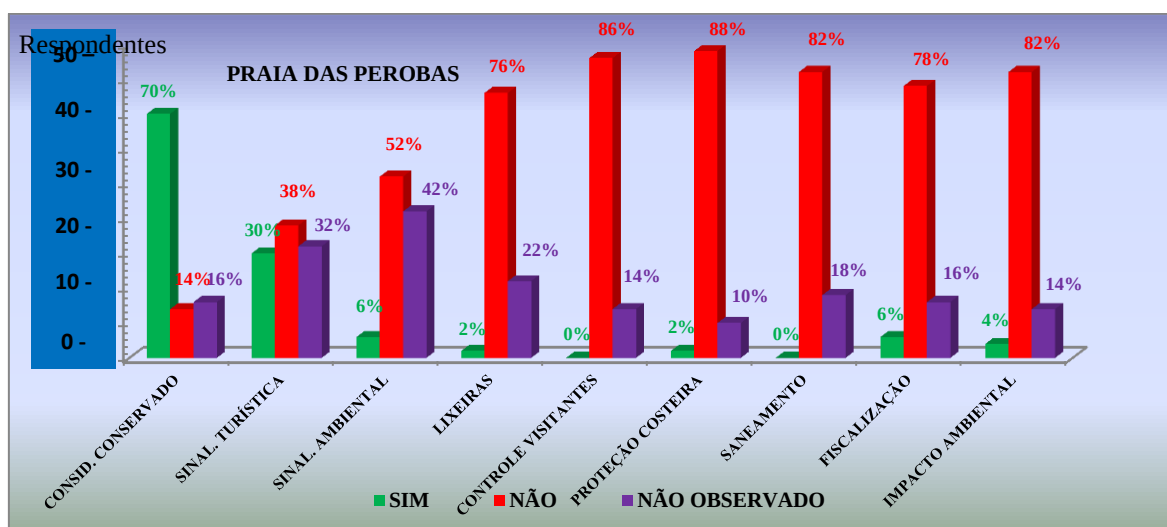
GRÁFICO 3 – Estado de conservação da Praia do Bacupari

FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

Outras declarações que caracterizam melhor o tipo de sinalização turística existente na praia do Bacupari podem ser verificadas nas falas dos respondentes nº 3, 4, 5, 7, 9, 10, 16, 18, 20, 25 e 32 “placas”, e na do respondente nº 25 “possui placas de sinalização turística”. Ou seja, a sinalização turística da praia do Bacupari se dá em forma de placas.

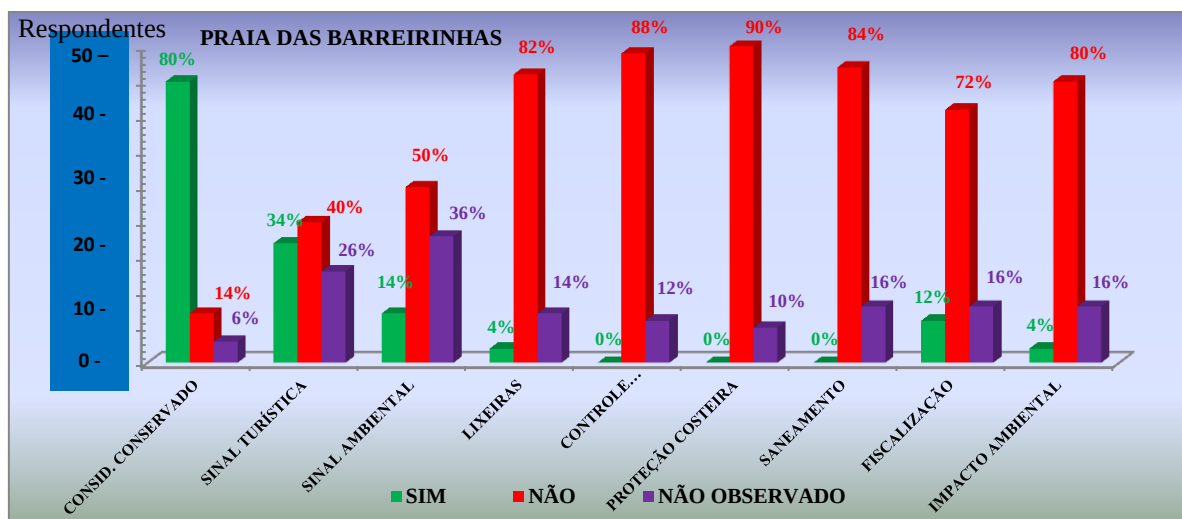
Como pode ser notado no gráfico 4, 70% dos respondentes consideram a praia das Perobas conservadas. No entanto, como maior aspecto negativo, 88% alegaram não existir proteção contra erosão costeira.

GRÁFICO 4 - Estado de conservação da Praia das Perobas



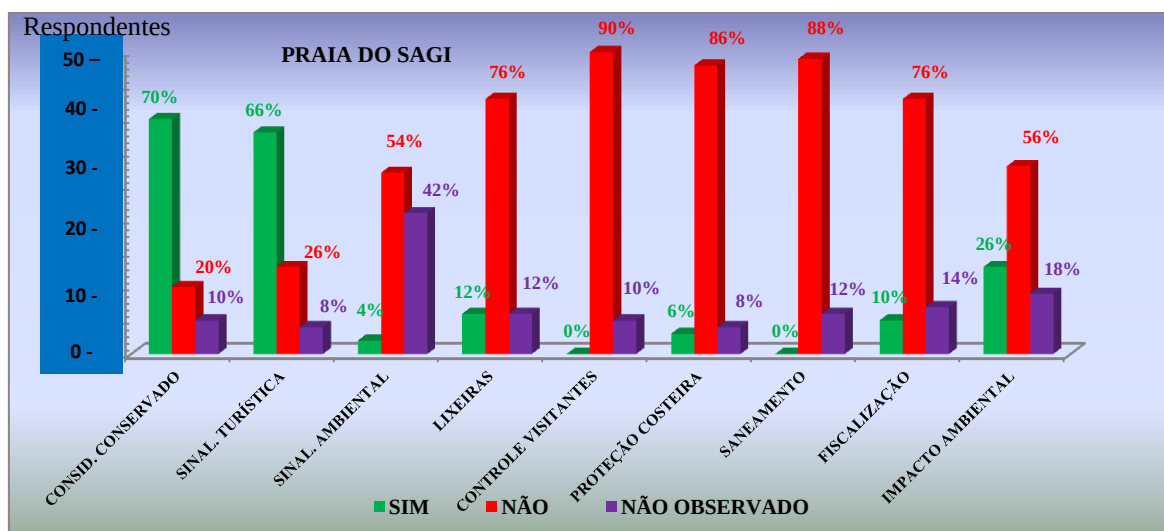
FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

Como pode ser analisado no gráfico 5, 80% dos respondentes inferiram, como maior aspecto positivo, que a praia das Barreirinhas é conservada; porém 90% alegaram não possuir nenhum tipo de proteção contra erosão costeira.

GRÁFICO 5 - Estado de conservação da Praia das Barreirinhas

FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

Como pode ser observado no gráfico 6, 70% dos respondentes consideram a praia do Sagi conservada. Entretanto, verifica-se também que 90% inferiram que na mesma não existe controle de visitantes.

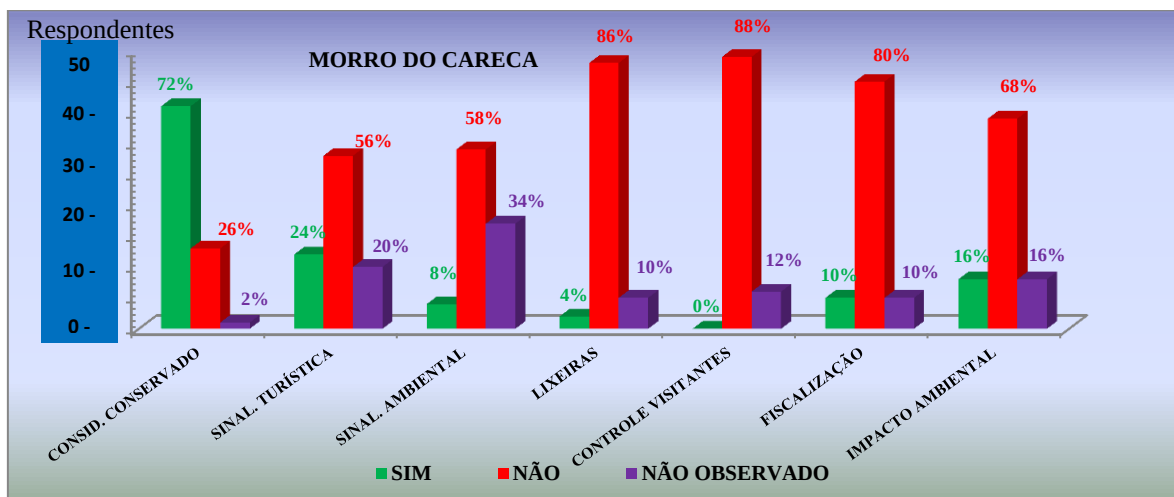
GRÁFICO 6 – Estado de conservação da Praia do Sagi

FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

Outra declaração que especifica melhor o tipo de sinalização turística existente na praia do Sagi pode ser verificada na fala dos respondentes nº 16, 23 e 28 “possui placas”. Portanto, pode-se afirmar que a praia do Sagi dispõe de sinalização turística em forma de placas.

Como pode ser observado no gráfico 7, 72% dos respondentes consideram o Morro do Careca conservado. Entretanto, 88% alegaram como maior aspecto negativo a inexistência de controle de visitantes.

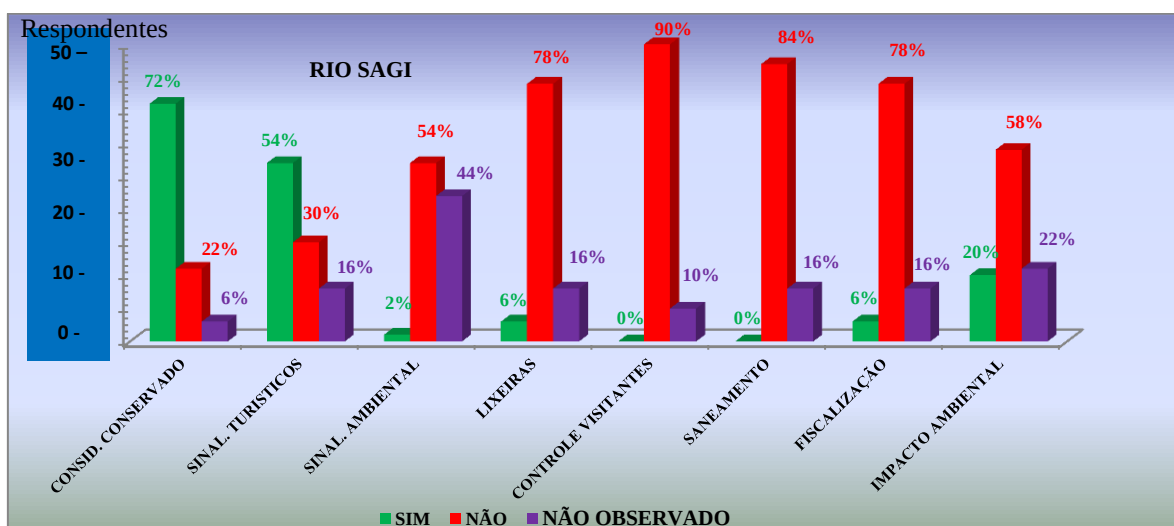
GRÁFICO 7 – Estado de conservação do Morro do Careca



FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

Como pode ser verificado no gráfico 8, 72% dos respondentes consideram o Rio do Sagi conservado. Porém, 90% apontaram como maior aspecto negativo relacionado ao estado de conservação desse atrativo, a inexistência de controle de visitantes.

GRÁFICO 8 - Estado de conservação do Rio do Sagi



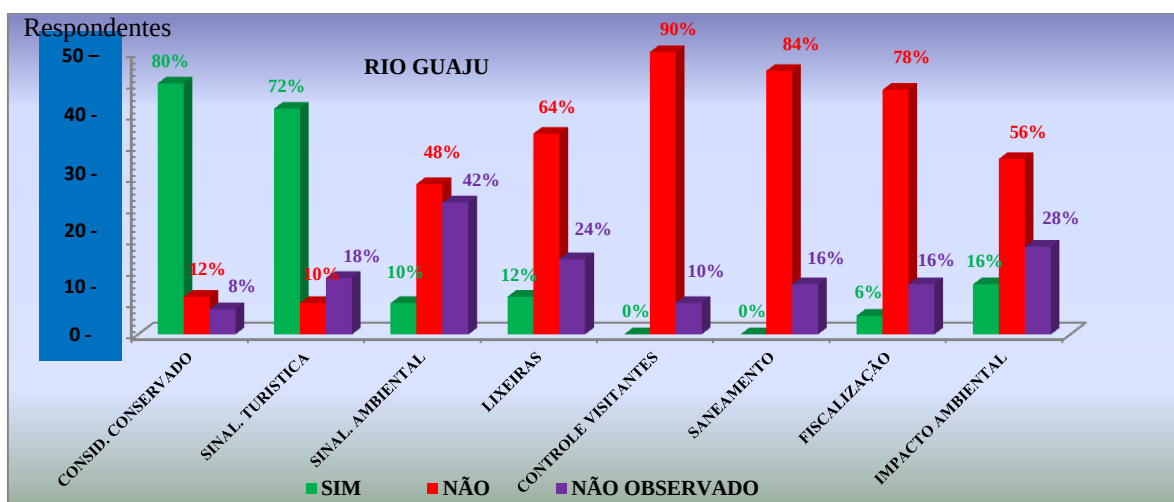
FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

Outras declarações que caracterizam melhor o tipo de sinalização turística existente no Rio do Sagi podem ser vistas na fala do respondente nº 1 “existem placas

sinalizadoras”, e na dos respondentes nº 2, 5, 8, 10, 18, 23 e 32 “placas”. ou seja, a sinalização turística do Rio do Sagi é observada em forma de placas.

Como pode ser visto no gráfico 9, 80% dos respondentes consideram o rio Guaju conservado. No entanto, observa-se também que 90% inferiram não existir controle de visitantes na área desse atrativo.

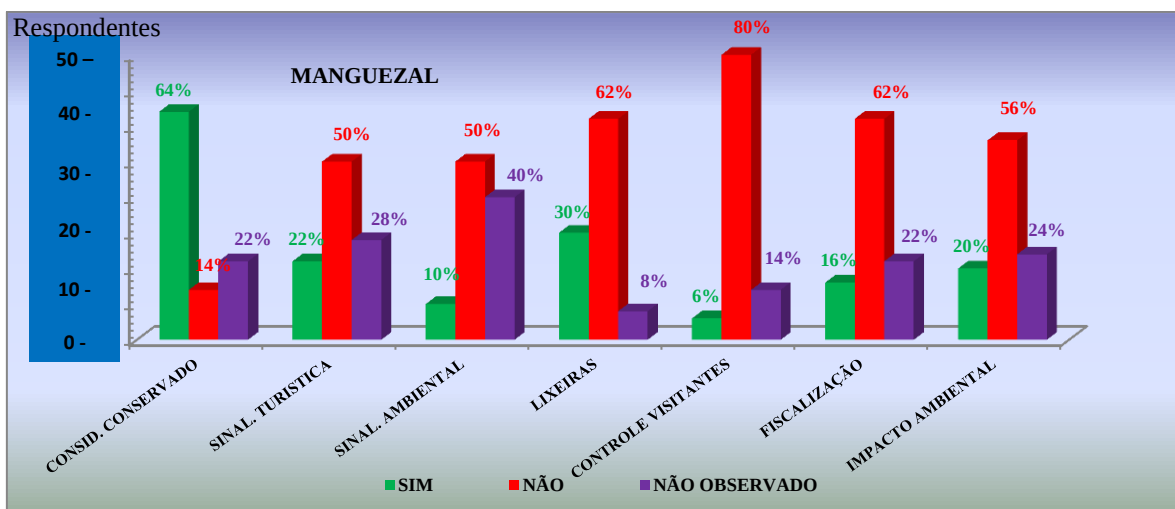
GRÁFICO 9 - Estado de conservação do Rio do Guaju



FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

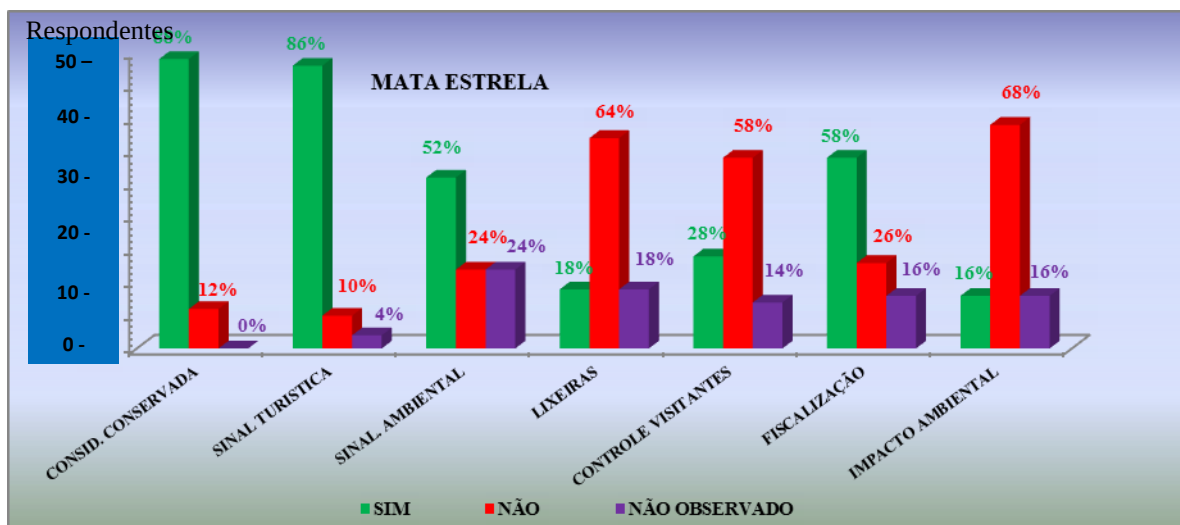
Outras declarações que especificam o tipo de sinalização turística existente no rio Guaju, podem ser verificadas na fala do respondente nº 1 “placas sinalizadoras”, assim como na dos respondentes nº 12, 17, 24 e 36 e 48 “placas”. Portanto, pode-se afirmar que a sinalização turística do Rio Guaju é verificada em forma de placas.

Como pode ser verificado no gráfico 10, 64% dos respondentes consideram o Manguezal conservado. Como maior aspecto negativo 80% afirmaram não existir controle no número de visitantes que vão a esse atrativo.

GRÁFICO 10 - Estado de conservação do Manguezal

FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

Como pode ser visto no gráfico 11, 88% dos respondentes consideram a Mata Estrela conservada. Contudo, como maior aspecto negativo verifica-se que 64% afirmaram que área do atrativo não é provida de lixeiras de coleta seletiva.

GRÁFICO 11 - Estado de conservação da Mata Estrela

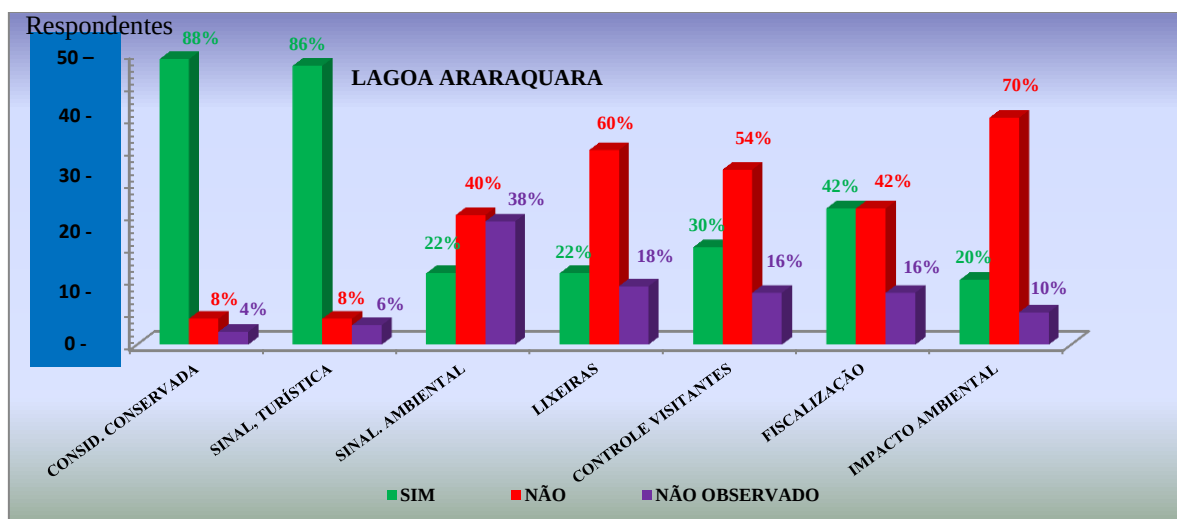
FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

Outras declarações que especificam o tipo de sinalização turística, bem como o tipo de sinalização ambiental e a fiscalização podem ser vistas na fala dos respondentes nº 8, 12, 18, 26, 34 e 50 “placas”; na dos respondentes nº 23 e 46 “placas informativas” e na do respondente nº 8 “a fiscalização da Mata Estrela é feita através da empresa privada e pelo IBAMA e IDEMA”.

Sendo assim, pode-se inferir que a Mata Estrela dispõe de sinalização turística em forma de placas, assim como também dispõe de sinalização ambiental em forma de placas informativas. A fiscalização desse atrativo é feita pela empresa privada, pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA e pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA.

Como pode ser observado no gráfico 12, 88% consideram a lagoa Araraquara conservada. Porém, como maior aspecto negativo, nota-se que 60% afirmaram que a área do atrativo não é provida de lixeiras e de coleta seletiva.

GRÁFICO 12 - Estado de conservação da Lagoa Araraquara



FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

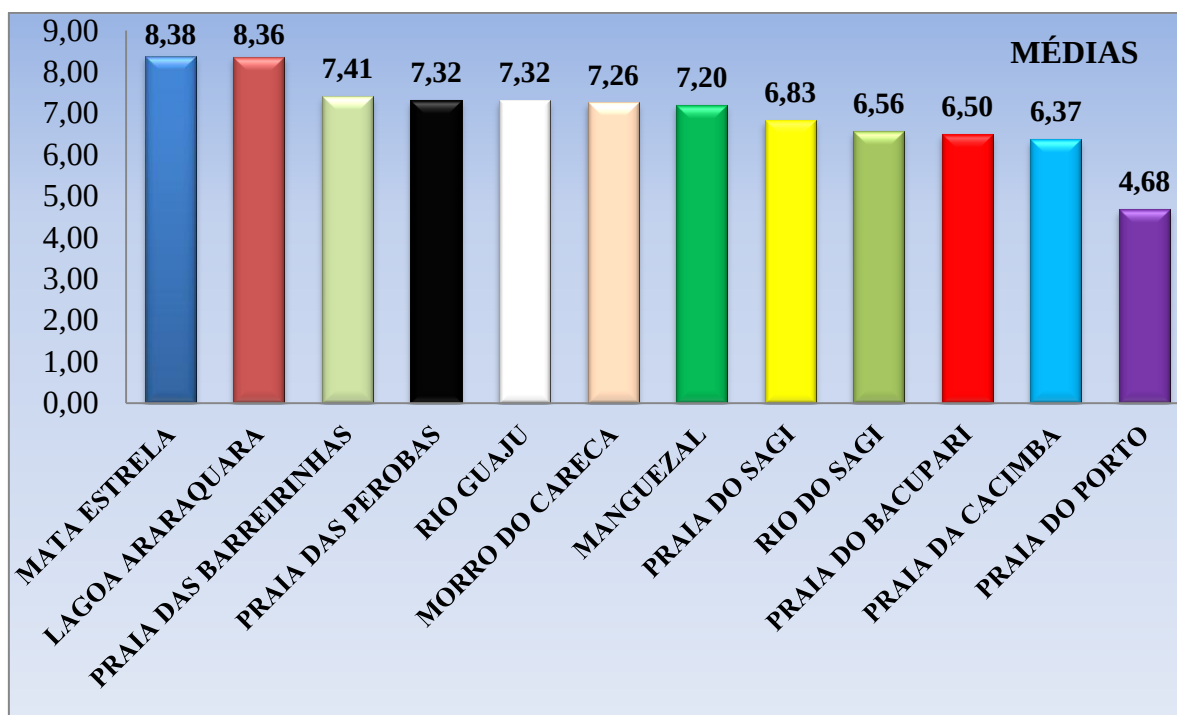
Outras declarações que caracterizam melhor o tipo de sinalização turística e a fiscalização do atrativo podem ser observadas respectivamente na fala dos respondentes nº 2, 6, 8, 10, 19, 23, 25, 34, 36 e 48 “placas”, e na do respondente nº 8 “a fiscalização da lagoa é feita através do IBAMA e do IDEMA”.

Desse modo, pode-se afirmar que a Lagoa Araraquara dispõe de sinalização turística em forma de placas e que sua fiscalização é feita pelos órgãos competentes IBAMA e IDEMA.

Conforme pode verificado no gráfico 13, o atrativo turístico natural do município de Baía Formosa mais conservado e que obteve a maior média em 8,38, onde foram considerados todos os aspectos acima (sinalização turística e ambiental, lixeiras, controle de visitantes, fiscalização e impacto ambiental agravante) foi a Mata Estrela, seguida da Lagoa Araraquara com 8,36, e o menos conservado com a média 4,68 foi a praia do Porto, o que

poderia explicar essa média seria a forte menção de um impacto ambiental agravante nesse ambiente – esgoto de águas pluviais que desagua na praia.

GRÁFICO 13 - Médias gerais do estado de conservação dos atrativos



FONTE: Dados de pesquisa, 2013.

O próximo item contém uma matriz DAFO, a qual foi elaborada após uma análise das ações da gestão ambiental voltadas para os atrativos naturais de uso turístico e do estado de conservação dos mesmos.

4.4 Matriz DAFO

Esta análise foi estruturada mediante as observações da autora e as informações obtidas após a aplicação do questionário com os residentes de Baía Formosa, a mesma tem o objetivo de aperfeiçoar e enriquecer o resultado desse estudo. (ver Quadro 9).

QUADRO 9 – Matriz DAFO das ações da Gestão Ambiental voltadas para os atrativos turísticos naturais do município.

Fortalezas • Educação Ambiental; • Estado de conservação dos atrativos naturais; • Sinalização Turística; • Inexistência de impactos ambientais agravantes na maioria dos atrativos.	Debilidades • Frequência dos trabalhos de Educação ambiental; • Lixeiras nas áreas dos atrativos; • Proteção costeira; • Controle de visitantes; • Saneamento; • Fiscalização.
Oportunidades • Expansão do Ecoturismo; • Inserção do Turismólogo; • Cenário de gravações.	Ameaças • Dependência de órgãos competentes; • Destinos vizinhos.

Fonte: Dados de pesquisa, 2013.

O Quadro 9 apresenta uma matriz DAFO, contendo as fortalezas e debilidades internas das ações da gestão ambiental voltadas para os atrativos turísticos naturais do município de Baía Formosa, bem como as oportunidades e ameaças externas.

4.4.1 Fortalezas

De acordo com a análise, as ações da gestão ambiental voltadas para os atrativos turísticos naturais apresentaram vários aspectos positivos. Primeiramente, pode-se destacar o trabalho de Educação ambiental que é realizado pelo departamento do Meio Ambiente, onde durante na semana do meio ambiente o mesmo realiza mutirões de limpeza e disponibiliza palestrantes, oficinas e teatrinhos a escolas da comunidade, a fim de sensibilizar o quórum sobre as questões ambientais.

Outros aspectos bastante positivos foram em relação ao estado de conservação dos atrativos naturais de uso turístico, pois de acordo com as informações dos respondentes os atrativos naturais apresentam bom estado de conservação. Bem como possuem sinalização

turística (em forma de placas) identificando os recursos naturais da localidade, tornando-os mais acessíveis aos visitantes.

Tem-se também como fortaleza a inexistência de impactos ambientais agravantes na maioria dos atrativos naturais de uso turístico desse município, com exceção apenas para a Praia do Porto. Logo, se pode afirmar que o destino é provido de atrativos naturais em bom estado conservação.

4.4.2. Debilidades

A frequência dos trabalhos de educação ambiental realizado pelo departamento do Meio Ambiente foi visto como uma debilidade, pois são realizados apenas na semana do meio ambiente, visto também que no ano de 2013 esse trabalho não foi efetivado. Assim, tendo em vista a importância da educação ambiental, essas ações não podem ser efetivadas eventualmente, mas constantemente, de forma que venham sensibilizar a população.

Outra debilidade que pode ser verificada tanto na observação *in loco* como nas afirmações dos respondentes durante a coleta de dados, foi a falta de lixeiras nas áreas dos atrativos turísticos naturais. Desse modo, os visitantes podem não contribuir com limpeza dessas áreas, alegando a inexistência de lixeiras.

Falta de proteção costeira ou de estudos com esta finalidade é um aspecto negativo que abrange as praias da localidade, somente uma (praia do Porto) possui proteção costeira. Isto poderá acarretar em alguns danos, pois as praias da localidade são rodeadas de elementos naturais, tais como: dunas e falésias.

Pode-se verificar que não existe controle de visitantes nas áreas dos atrativos, bem como o departamento de Meio Ambiente não realiza estudos desse porte, sendo assim essas áreas naturais podem estar recebendo mais visitantes do que o suportado.

A falta de saneamento nas áreas desses atrativos é também um aspecto bastante negativo, já que ainda não existe nenhum tipo de drenagem evitando que as águas domiciliares desaguem nos atrativos, principalmente os mais próximos à comunidade, como o caso das praias, isto é um grande impasse, pois além de acarretar problemas socioambientais, retrai a presença de visitantes.

Verifica-se também que a fiscalização é precária, o departamento de Meio Ambiente não disponibiliza equipes que venham vistoriar os atrativos, desse modo não se tem

como evitar algumas ações infratoras, tais como: desmatamentos, queimadas, caças ilegais e outras.

4.4.3 Oportunidades

Pode-se comprovar que o município é provido de recursos naturais e que possui grande potencial para o crescimento do turismo ligado à natureza, essencialmente do ecoturismo. Desse modo, é necessário que as ações sejam planejadas para que o turismo dessa localidade cresça de forma ordenada e sustentável, bem como seja mais divulgado através das mídias tradicionais e virtuais, pois com o planejamento e a divulgação esse destino poderá ter destaque a nível mundial, sendo reconhecido como o “destino dos ecoturistas”.

O turismo de Baía Formosa poderá ser mais promissor com inserção dos profissionais da área (turismólogos), já que os mesmos possuem uma visão multidisciplinar e são habilitados para executar diversas funções, articular estratégias, tendo em vista o planejamento e o crescimento da atividade.

Outra oportunidade identificada foi o fato do destino ter potencial para ser escolhido como cenário de gravações de novelas e filmes, isso traz mais repercussão e valorização do destino e, conseqüentemente atrai mais turistas a localidade. No entanto, para que isso se concretize é necessário efetuar mais ações por parte da gestão ambiental, a fim de garantir uma natureza conservada e exuberante.

4.4.4 Ameaças

As ameaças diagnosticadas na análise externas foram: a dependência de outros órgãos competentes e destinos vizinhos. A primeira poderá comprometer as ações da gestão ambiental do município, pois muitos trabalhos não podem executados apenas com autonomia do município, mas depende de deliberações de outros órgãos competentes, o que poderá levar tempos para efetivar algumas ações, comprometendo assim o trabalho na localidade. Outros destinos vizinhos com boa atuação na gestão ambiental de atrativos turísticos naturais, principalmente com a natureza em bom estado de conservação, também são vistos como ameaças, já que podem atrair os turistas que vão a Baía Formosa.

4.5 Sugestões para estimular a preservação e conservação dos atrativos naturais

Após a análise do estado de conservação dos atrativos turístico naturais e a matriz DAFO, pode-se constatar que existem ainda algumas debilidades cabíveis a gestão ambiental do município tais como: frequência dos trabalhos de educação ambiental, falta de lixeiras, falta de placas de sinalização ambiental, saneamento nas áreas dos atrativos próximos à comunidade, controle de visitantes e fiscalizações, visto na afirmação de DONAIRE (2008), que cabe ao governo local o papel regulamentador de estabelecer regras na utilização dos recursos naturais e punir ações infratoras.

No entanto, para que esse processo de proteção e conservação dos recursos naturais se aperfeiçoe é preciso que as ações sejam planejadas de maneira que abranja toda a comunidade, assim como enfatiza CARVALHO (2010), que o planejamento de ações ambientais é de longo prazo e requer decisões e a participação de todos os atores envolvidos, essencialmente, da sociedade. Logo, são necessárias mais campanhas educativas para que as pessoas sejam sensibilizadas da importância do meio ambiente e os inúmeros benefícios que o mesmo pode proporcionar a todos.

A educação ambiental deve ser efetuada com mais frequência, não só na semana do meio ambiente, mas no mínimo três vezes ao ano. A mesma deve ser levada as escolas locais em forma de peças teatrais, oficinas e palestras para que as crianças e os jovens da comunidade amadureçam suas visões e queiram sempre a natureza sadia. Deve-se também implantar placas informativas como por exemplo, com o tempo de duração de decomposição do lixo, bem como placas de sinalização ambiental indicando o atrativo e os cuidados que se devem ter nessas áreas.

Para estimular a limpeza desses atrativos deve-se primeiramente fornecer lixeiras, logo disponibilizar uma equipe responsável pela organização e o recolhimento dos lixos. É também de grande importância que sejam alocadas não só lixeiras, mas lixeiras de coleta seletiva para que todos sejam incentivados a separar o lixo.

Além de manter esses ambientes limpos, torna-se viável que as comunidades próximas aos atrativos turísticos naturais sejam saneadas para que as águas residuais não desaguem nos mesmos contaminando-os, pois além de acarretar vários problemas na localidade pode levar a perda de suas peculiaridades e seu valor de atrativo turístico.

O incentivo ao uso de técnicas que o utilizam os recursos naturais de maneira racional tais como: reciclagem, ventilação natural, energia solar e dentre outras, também pode ser agregado às ações da gestão ambiental do município. Estas práticas também são defendidas pelos autores LINDEBERG & HAWKINS (1999, p.28), no momento que enfatizam a importância de métodos alternativos que valorizam os aspectos naturais, definindo-os como “ecotécnicas”.

Outra maneira de conservar as características desses recursos naturais é efetivar uma equipe de fiscalização, a fim de evitar e punir ações infratoras. Assim como efetivar um controle no número de visitantes em cada atrativo, não necessariamente nas praias, mas como por exemplo, a Mata Estrela, já que é uma área sensível e que possui uma diversidade de plantas e animais silvestres. Nesse quesito é necessário estudos de capacidade de carga, que geralmente é fornecido por uma equipe técnica.

Portanto, a gestão ambiental do município deve desencadear uma série de medidas que devem ser trabalhadas juntas à comunidade, a fim de garantir o uso sustentável dos recursos naturais e que os mesmos sejam sempre preservados e conservados. Dessa maneira, alguns respondentes deram suas sugestões, a fim de estimular a preservação e conservação dos atrativos naturais do município abordando alguns aspectos, tais como: definições de Áreas de Preservação Ambiental – APA e Áreas de Preservação Permanente – APP, fiscalização, leis municipais de proteção ambiental, educação ambiental, placas informativas, saneamento e lixeiras de coleta seletiva, assim como podem ser observadas nas seguintes falas: “é preciso definir APA e APP no município” (Respondente nº 4); “mais educação ambiental” (Respondente nº 12); “conscientizar os pescadores para que eles não joguem o óleo dos barcos no mar” (Respondente nº 19); “conscientizar os turistas” (Respondente nº 23); “estabelecer as leis municipais de proteção ambiental” (Respondente nº 8); “fazer valer as leis ambientais” (Respondente nº 3); “colocar placas informativas” (Respondente nº 24); “tirar os esgoto da praia do Porto” (Respondente nº 33); “Sanear as áreas dos atrativos” (Respondente nº 38) e “colocar lixeiras de coleta seletiva nos locais dos atrativos” (Respondente nº 43).

Algumas dessas sugestões podem ser verificadas na versão de Frankie (2005 *apud* CARVALHO 2010, p.50), quando o mesmo apresenta os seguintes instrumentos básicos da gestão ambiental: criação de Áreas de Proteção Ambiental – APA, elaboração de pesquisas que possibilitem o aprofundamento de técnicas de preservação e conservação de áreas naturais, Avaliação de Impacto Ambiental – AIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA,

fiscalização de atividades impactantes, criação de Zoneamento Ecológico – ZEE, programas de educação Ambiental e programas de monitoramento ambiental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão desse estudo, verificou-se que as estratégias da gestão ambiental de atrativos turísticos naturais de Baía Formosa/RN, apesar de ser um município provido de recursos naturais, são recentes, visto que as políticas ambientais dessa localidade têm apenas três anos de existência. Observou-se também que no mesmo existem doze atrativos naturais de uso turístico, sendo que a Mata Estrela foi o atrativo natural turístico mais conservado, seguida da Lagoa da Araraquara, e a praia do Porto considerada a menos conservada, isso devido a alguns impasses existentes, tal como o esgoto de águas pluviais que desagua na praia.

A gestão ambiental vem se tornando umas das ferramentas mais promissoras da atividade turística, pois a natureza se destaca como um dos principais motivos impulsionadores das viagens em todo mundo. Sendo assim, a procura por lugares considerados exóticos ou naturais tem crescido a cada ano e na medida em que essa demanda aumenta, vê-se também a necessidade de gerenciar essas áreas, consideradas extremamente sensíveis, para que o uso dessa e outras atividades não acarretem em danos ao meio natural, e conseqüentemente, para que seus recursos naturais sejam mais valorizados, proporcionando assim maiores retornos econômicos.

Desse modo, a gestão ambiental voltada para os atrativos turísticos naturais tornou-se uma estratégia de mercado, já que a mesma pode minimizar os impactos negativos que atividade turística suscita sobre o meio ambiente e propiciar maiores retornos econômicos as localidades. Logo, muitos empresários do ramo do turismo têm focado na gestão ambiental e procurado adaptar seus empreendimentos às condições ambientais, adotando práticas ecologicamente corretas, pois além de ser uma medida benéfica ao meio ambiente, é também uma forma de atrair mais consumidores, ora mais exigentes quanto às posturas ecológicas.

Em um destino turístico não é diferente, os gestores da atividade estão mais centrados na gestão ambiental com o intuito de efetivar medidas mitigadoras para tornar seus recursos naturais mais conservados e mais atrativos e conseqüentemente, obter maiores retornos econômicos. No entanto, para que as ações da gestão ambiental de qualquer destino alcance bons resultados necessita-se do envolvimento do governo local, sociedade e iniciativas privadas.

No caso do município estudado, a gestão ambiental precisa ter suas ações aprimoradas, para que os atrativos turísticos naturais da localidade estejam sempre em bom

estado de preservação e conservação. Portanto, importa-se que o trabalho de educação ambiental seja ampliado na comunidade de maneira que seja efetivado nas escolas e praça pública. O que denota ainda ser necessário implantar fiscalizações nesses atrativos, alocar lixeiras, placas informativas, definir áreas de APA e APP no município e efetivar leis ambientais.

Sendo assim, a presente pesquisa teve seu objetivo alcançado, já que analisou as principais ações estabelecidas pela gestão ambiental do município em questão voltada para os atrativos turísticos naturais, ressaltando-as em uma análise DAFO, bem como identificou os impactos ambientais que vem sendo percebido pelo gestor ambiental e pela população local nessas áreas naturais. Dessa forma, pode-se dar algumas contribuições a fim de aprimorar as ações da gestão ambiental com ênfase na preservação e conservação dos atrativos naturais da localidade.

REFERÊNCIAS

- ACERENZA, M. A. **Administração do Turismo**. V.2. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- ALMEIDA, Cesar Alves de. **Proposta de modelo de programa de gestão ambiental: um estudo de caso em uma usina sucroalcooleira**. Brasília, 2011.
- ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental – enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Makron Books, 2004.
- AVENTUREIROS POR NATUREZA. **Mata Estrela**. Disponível em: <http://apnrn.wordpress.com/2012/03/09/mata-estrela-baia-formosa/>. Acesso em: 15 de Set. 2013.
- AZEVEDO, Helsio Amiro Motany de Albuquerque. **Modelo de diagnóstico ambiental do município de Inhambane em Moçambique**. Brasília, 2009.
- BARBOSA, Marciana Alves. **O ecoturismo e a sustentabilidade – Parque estadual da serra dourada – GO (PESD)**. Goiânia, 2008.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1997.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campina: SP- Papirus, 2003.
- BEKE, Zezé; CORDEIRO, Pamora M. Figueiredo; THEODORO, Suzi Huff. **Gestão ambiental: uma prática para medir conflitos socioambientais**. UnB, [ca.2004].
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 4 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001.
- BIOLOGIA COM DJALMINHA. **Mata Estrela**. Disponível em: <http://aprendabiologiacomdjalmilha.blogspot.com.br/2008/04/baa-formosa-rn-aula-de-campo-2008.html>. Acesso em: 16 de Set. 2013.
- BRASILRN, Turismo. **Praia de Baía Formosa**. Disponível em: http://www.brasilrn.com/_pt/VisiteAttractionPhotoDetail.php?idmenu=3&idtpattraction=7&idregion=4&idphoto=50&recidtpattraction=&recidregionlocal=r4&txmotcle=. Acesso em: 15 de Set. 2013
- BRITO, Brígida Rocha. **Turismo ecológico: um via para o desenvolvimento sustentável em São Tomé e Príncipe**. ISCTE, 2004.
- CAETANO, Vanuza Parreira de Vasconcelos. **Análise da sustentabilidade ambiental dos atrativos naturais em propriedades particulares da cidade de Goiás**. Goiânia, 2006.
- CARVALHO, Ivone Maria de. **Área de proteção ambiental como instrumento de gestão ambiental: estudo de caso da APA Joanes/Ipitanga**. Salvador, 2009.

CHRISTIE, Lan; ROLFE, Heather; LEGARD, Robin. **Cleaner production industry: Integrating business goals and environmental management**. London: PSI-Policy Studies Institute, 1995.

CINEMA10. **Praia de Baía Formosa**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=imagens+de+ba%C3%ADa+formosa&tbm=isch&source=iu&imgil=5NCNxOjlvTY9xM%253A%253Bhttps%253A%252F%252Fen>. Acesso em: 15 de Set. 2013.

COOPER, C. **The technique of interpretation**, em Medlik (ed), **Managing tourism**, Butterworth-Heinemann. Oxford, 1991.

COOPER, Donald; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7 ed. São Paulo: Bookman, 2001.

CORRÊA, Rosany. **Níveis taxonômicos de gestão ambiental: um estudo de caso dos equipamentos hoteleiros estabelecidos na APA Delta do Parnaíba**. Fortaleza: UNIFOR, 2009.

DENCKER, Ada Freitas Moneti. **Pesquisas em turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: Política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Arlas, 2008.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina Rodrigues de. **Fundamentos do Turismo: conceitos, normas e definições**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2002.

DINIZ, Ronaldo Fernandes; TINOCO, Daniela Bezerra; SANTOS, Sergina Fernandes. **Recursos Naturais para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Município de Baía Formosa/RN – Região Nordeste do Brasil**. Natal: CEFET/RN, 2004.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental na empresa**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DOROCINSKI, Clarice. **Modelo de gestão pública: a gestão ambiental municipal de Curitiba**. Curitiba: INSULPAR, 2007.

FC NOTÍCIAS. Praia de Baía Formosa. Disponível em: <http://www.fcnoticias.com.br/qual-a-praia-que-esta-sendo-gravada-a-novela-flor-do-caribe/>. Acesso em 15 de Set. 2013

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Melhore a competitividade com o sistema de gestão ambiental – SGA**. São Paulo: FIESP, 2007.

FILHO, José Carlos Lázaro da Silva. **Gestão Ambiental Municipal: o caso da prefeitura municipal de Porto Alegre**. UFRS, 2000.

FLORIANO, Eduardo Pagel. **Políticas de gestão ambiental**. 3ed. Santa Maria: UFSM-DCF, 2007.

FRANKIE, C. R. et al. **Mata Atlântica e biodiversidade**. Salvador: Edufba, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOELDNER, Charles R; MCINTOSH, Robert W; RITCHIE. **Turismo princípios, práticas e filosofia**. 8 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOOGLE, imagens. **Praias de Baía Formosa**. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=praias+de+baia+formosa+rn>. Acesso em: 12 de Out. 2013.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 2003.

KRUGER, Ana. **Ecoturismo e sustentabilidade no vale do Taquari: possibilidades a partir do estudo de caso no morro gaúcho em Arroio do meio**. UNIVATES, 2008.

LEMONS, Clara Carvalho. **Avaliação ambiental estratégica como instrumento de planejamento do turismo**. USP, 2007.

LIMA, Carlos José Cavalcanti de. **Entre o mar e as estrelas, um lugar para se viver bem: a problemática da expansão urbana do município de Baía Formosa/RN**. Natal/RN, 2004.

LINDBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão**. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

MAIA, Andrei Geovani. **Sustentabilidade e ecoturismo: um estudo de multi-casos em agências turísticas do município de Joinville/SC**. Biguaçu: UNIVALI, 2005.

MTUR – Mistério do Turismo. **Turismo Ecológico**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/multimedia/radio_turismo/20100921.html. Acesso em: 25 de Abr. 2013.

NEIL, Jonh. WEARING, Stephen. **Ecoturismo – impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2001.

MINUBE. **Lagoa Araraquara**. Disponível em: Acesso em: 16 de Set. 2013.

NOVAES, Marlene Huebes. **Turismo no espaço rural de Santa Catarina: uma análise dos meios de hospedagem, no enfoque da gestão ambiental, de 2004 a 2006**. UNIVALI, 2007.

OLIVEIRA, Alberto de. **A gestão ambiental entre o discurso legitimador e práticas instrumentais**. Goiânia, 2007.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. **Política de Gestão Pública Integrada**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

OMT- Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PIRES, Paulo S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.

PONTALTI, Maurício Alberto. **Governança e atividade turística: o projeto do atrativo cachoeira do label de são-joão d'aliança- GO**. Brasília, 2008.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. Expansão do ecoturismo no Brasil e no mundo. 2012. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/turismo-e-hoteleria/artigos/18371/a-expansao-do-ecoturismo-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 17 de Maio 2013.

REIS, João Rodrigo Leitão dos; TELLO, Júlio César Rodriguez. **Gestão ambiental de atrativos turísticos da APA caverna do Maroaga, presidente Figueiredo/AM**. UFAM, 2010.

REIS, Linda G. **Produção de monografia: da teoria à prática**. 2 ed. Brasília: Senac-DF, 2008.

ROSE, Alexandre Turatti. **Planejamento e Marketing**. São Paulo: Editora Manole, 2002.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. Barueri, SP: Manole, 2006.

SAMBUGÍ. **Praia do Sagi**. Disponível em: <http://sabambugi.com.br/page.aspx?page=10>. Acesso em: 16 de Set. 2013.

SANTOS, Mércia Carmelita Chagas Alves. **Territorialização do ecoturismo no domo de Itabaiana- SE**. São Cristóvão, 2007.

SEABRA, Giovani F. **Ecos do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SOUZA, R. S. **Evolução e condicionantes da gestão ambiental nas empresas**. Revista READ, UFSM. Edição especial n. 6. vol. 8. Rio Grande do Sul, 2002.

SWARBROOK, J. **The development a management of visitor attractions**. 1995.

TAMBATUR. **Rio Guaju**. Disponível em: http://www.tambatur.com.br/pipa_rn.htm. Acesso em: 16 de Set. 2013.

TEMPO DE AVENTURA. **Praia de Baía Formosa**. Disponível em: <http://www.tempodeaventura.com.br/pt-BR/passeio/baia-formosa-barra-de-cunhau>. Acesso em: 16 de Set. 2013.

VENTO DO NORDESTE. **Praia de Baía Formosa**. Disponível em: <http://papjerimum.blogspot.com.br/2012/04/as-paradisiacas-praias-de-baia-formosa.html>. Acesso em: 16 de Set. 2013.

VIGNATI, Federico. **Gestão de Destinos Turísticos: Como atrair pessoas para polos, cidades e países**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC RIO, 2008.

ANEXO A

REUNIÃO DO PROJETO ORLA EM BAÍA FORMOSA/RN



ANEXO B
PROGRAMA MUTIRÃO DE LIMPEZA NAS PRAIAS





ANEXO C

CLEAN UP THE WORLD – BAÍA FORMOSA/2011



ANEXO D

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE BAÍA FORMOSA – 2011 E 2012



APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

Questionário para verificar o estado de conservação dos atrativos turísticos naturais do município de Baía formosa/RN.

1. Você considera alguns desses atrativos turísticos naturais conservado?

ATRATIVOS NATURAIS	SIM	NÃO	NÃO OBSERVEI
Praia do porto			
Praia da Cacimba			
Praia do Bacupari			
Praia das Perobas			
Praia das Barreirinhas			
Praia do Sagi			
Morro do Careca			
Rio do Sagi			
Rio Guajú			
Manguezal			
Mata Estrela			
Lagoa Araraquara			

2. Algum desses atrativos turísticos naturais possui sinalização turística?

ATRATIVOS NATURAIS	SIM	NÃO	NÃO OBSERVEI
Praia do porto			
Praia da Cacimba			
Praia do Bacupari			
Praia das Perobas			
Praia das Barreirinhas			
Praia do Sagi			
Morro do Careca			
Rio do Sagi			
Rio Guajú			
Manguezal			
Mata Estrela			
Lagoa Araraquara			

Se sim, por favor, especifique: _____

3. Algum desses atrativos turísticos naturais possui sinalização ambiental?

ATRATIVOS NATURAIS	SIM	NÃO	NÃO OBSERVEI
Praia do porto			
Praia da Cacimba			
Praia do Bacupari			
Praia das Perobas			
Praia das Barreirinhas			
Praia do Sagi			
Morro do Careca			

Rio do Sagi			
Rio Guajú			
Mata Estrela			
Lagoa Araraquara			

Se sim, por favor, especifique: _____

4. Em alguns desses atrativos turísticos naturais existem lixeiras em que você possa colocar o lixo devidamente separado?

ATRATIVOS NATURAIS	SIM	NÃO	NÃO OBSERVEI
Praia do porto			
Praia da Cacimba			
Praia do Bacupari			
Praia das Perobas			
Praia das Barreirinhas			
Praia do Sagi			
Morro do Careca			
Rio do Sagi			
Rio Guajú			
Manguezal			
Mata Estrela			
Lagoa Araraquara			

5. Em alguns desses atrativos existem algum controle no número de visitantes, a fim de evitar superlotações ou possíveis problemas na área dos atrativos naturais?

ATRATIVOS NATURAIS	SIM	NÃO	NÃO OBSERVEI
Praia do porto			
Praia da Cacimba			
Praia do Bacupari			
Praia das Perobas			
Praia das Barreirinhas			
Praia do Sagi			
Morro do Careca			
Rio do Sagi			
Rio Guajú			
Manguezal			
Mata Estrela			
Lagoa Araraquara			

Se sim, por favor, especifique: _____

6. Em alguns desses atrativos turísticos naturais (praias) existem algum tipo de proteção, a fim de evitar que as ondas do mar destruam outros elementos naturais existentes na costa?

ATRATIVOS NATURAIS	SIM	NÃO	NÃO OBSERVEI
Praia do porto			
Praia da Cacimba			
Praia do Bacupari			

Praia das Perobas			
Praia das Barreirinhas			
Praia do Sagi			

Se sim, por favor, especifique: _____

7. Em algum desses atrativos turísticos naturais próximos à comunidade existem saneamento ou algum tipo de drenagem evitando que os dejetos sejam jogados a céu aberto poluindo assim as águas da localidade (mar, rio, lagoa)?

ATRATIVOS NATURAIS	SIM	NÃO	NÃO OBSERVEI
Praia do porto			
Praia da Cacimba			
Praia do Bacupari			
Praia das Perobas			
Praia das Barreirinhas			
Praia do Sagi			
Rio do Sagi			
Rio Guajú			
Lagoa Araraquara			

8. Alguns desses atrativos turísticos naturais possuem fiscalizações, a fim de evitar possíveis impactos ambientais tais como: desmatamento, queimadas, poluição sonora?

ATRATIVOS NATURAIS	SIM	NÃO	NÃO OBSERVEI
Praia do porto			
Praia da Cacimba			
Praia do Bacupari			
Praia das Perobas			
Praia das Barreirinhas			
Praia do Sagi			
Morro do Careca			
Rio do Sagi			
Rio Guajú			
Manguezal			
Mata Estrela			
Lagoa Araraquara			

9. Em alguns desses atrativos turísticos naturais existem algum tipo de impacto ambiental que você considera agravante?

ATRATIVOS NATURAIS	SIM	NÃO	NÃO OBSERVEI
Praia do porto			
Praia da Cacimba			
Praia do Bacupari			
Praia das Perobas			
Praia das Barreirinhas			
Praia do Sagi			
Morro do Careca			
Rio do Sagi			
Rio Guajú			

Manguezal			
Mata Estrela			
Lagoa Araraquara			

Se sim, por favor, especifique: _____

10. Se você fosse avaliar o estado de conservação de cada atrativo turístico natural, levando em consideração todos os aspectos tratados neste questionário, que nota você daria: considere as notas de 1 a 4- Ruim, de 5 a 7- bom e de 8 a 10- ótimo.

ATRATIVOS NATURAIS	NOTA
Praia do porto	
Praia da Cacimba	
Praia do Bacupari	
Praia das Perobas	
Praia das Barreirinhas	
Praia do Sagi	
Morro do Careca	
Rio do Sagi	
Rio Guajú	
Manguezal	
Mata Estrela	
Lagoa Araraquara	

SUGESTÕES: _____

Nome: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Faixa etária:

() 15 a 22 () 23 a 30 () 31 a 38 () 39 a 46 () 47 a 54 () Acima de 55

Estado civil:

() Solteiro/a () Casado/a () Divorciado/a () Viúvo/a () Outro

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista direcionada aos departamentos de meio ambiente do município de Baía Formosa/RN.

1. Quais os projetos realizados por esse departamento que são voltados para a proteção e conservação dos atrativos turísticos naturais desse município? Especifique.
2. Quais os programas realizados por esse departamento que são voltados para a proteção e conservação dos atrativos turísticos naturais desse município? Especifique.
3. Quais as leis efetivas e que estão em andamento que visam à proteção e a conservação dos atrativos turísticos naturais desse município? Especifique.
4. Esse departamento costuma realizar e incentivar estudos de capacidade de carga visando à proteção dos atrativos turísticos naturais da localidade? Justifique.
5. Esse departamento fornece fiscalização nas áreas dos atrativos turísticos naturais? Justifique.
6. Esse departamento disponibiliza lixeiras nas áreas dos atrativos turísticos naturais? Justifique.
7. Esse departamento Incentiva a coleta seletiva, essencialmente nas áreas dos atrativos turísticos naturais? Se sim, de que forma?
8. Esse departamento implementou ou pretende implementar algum projeto com a finalidade de evitar a erosão marinha? Justifique.
9. Esse departamento disponibiliza sinalização ambiental e turística nas áreas dos atrativos turísticos naturais? Se sim, quais?

Nome do gestor:_____

Nome do departamento:_____

Sexo: () Masculino () Feminino

Faixa etária:

() 15 a 22 () 23 a 30 () 31 a 38 () 39 a 46 () 47 a 54 () Acima de 55

Estado civil:

() Solteiro/a () Casado/a () Divorciado/a () Viúvo/a () Outro

APÊNDICE C
ENTREVISTA COM SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE

